

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

SILVIA REGINA NUNES

**METÁFORA E ESPETÁCULO NO DISCURSO DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA MÍDIA**

MARINGÁ - PR
2005

SILVIA REGINA NUNES

**METÁFORA E ESPETÁCULO NO DISCURSO DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA MÍDIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Inês C. C. de Vasconcelos

MARINGÁ - PR
2005

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

N972m Nunes, Silvia Regina
Metáfora e espetáculo no discurso de divulgação científica da mídia / Silvia Regina Nunes. -- Maringá : [s.n.], 2005.
126 f. : il.

Orientador : Prof. Dr. Silvia Inês C. C. de Vasconcelos.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Letras, 2005.

1.Análise do discurso. 2. Procedimentos discursivos. 3. Divulgação científica. 4. Ciência. 5. Mídia. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Letras.

CDD 21.ed. 401.41

SILVIA REGINA NUNES

**METÁFORA E ESPETÁCULO NO DISCURSO DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA MÍDIA**

Aprovada em ____/____/____

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Lingüísticos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Inês C. C. de Vasconcelos

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvia Inês C. C. de Vasconcelos (UEM)
Assinatura

Prof. Maria Aparecida Honório (UEM)
Assinatura

Prof. Maria do Rosário de Fátima V. Gregolin (UNESP-Araraquara)
Assinatura

Dedico este trabalho a meus pais, Ede e Nelci, aos meus irmãos Cláudio e Tiago e aos meus filhos, Alexandre e José Henrique, pela compreensão e força constantes.

À memória da tia Marli, leitora assídua de meus trabalhos e que, infelizmente, não pôde ler a versão completa.

AGRADECIMENTOS

Especialmente, à professora Silvia Vasconcelos, pela orientação, pela amizade, pelo bom-humor .

À professora Maria Aparecida Honório, carinhosamente Ceci, por me ajudar a organizar os meus caminhos na Análise do Discurso.

À professora Rosário, pela orientação sutil e elegante no Exame de Qualificação.

Aos amigos de todas as horas (e de todas as viagens e descobertas): Amarildo e Jane, pelos momentos de descontração, mas muito mais pelos de estudo e discussão acerca das dúvidas de cada trabalho.

À direção, supervisão e colegas do Colégio Estadual Carmela Dutra, que sempre compreenderam minhas necessárias ausências.

Aos amigos de Guaraci, turma da Padoca, que souberam compreender as horas diárias de estudo, inclusive nos finais de semana.

À Vanessa, Juliano e Tia Elza, que sempre me hospedaram com o maior carinho.

Ao Erik, sempre...

Principalmente a Deus, que me dirigiu os passos e pôs todas estas pessoas (anjos) em meu caminho.

Bem sei, senhor, que não é o homem dono de seu destino, e que ao caminhante não lhe assiste o poder de dirigir seus passos.

Jeremias 10, 23.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre as relações entre discurso científico e discurso midiático (jornalismo de revista) materializados/textualizados sob a forma de um novo gênero: o discurso de divulgação científica (DDC). Pretende problematizar como o discurso midiático é constituído com o objetivo de divulgação do conhecimento, bem como compreender como a revista cumpre seu papel de divulgação e/ou de banalização do discurso científico. Estas reflexões estão ancoradas em conceitos teóricos provindos da Análise do Discurso, principalmente os de: condições de produção (Formação Imaginária), interdiscurso/intradiscurso, memória discursiva e efeitos de sentido (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 2001), discurso relatado (discurso direto e indireto) tendo como base Bakhtin (1995) e a metáfora, entendida como efeito metafórico (PÊCHEUX, 1997), selecionada como conceito básico de análise para os enunciados da revista SAÚDE. Estudam-se, também, as relações entre a instauração da objetividade/subjetividade no DDC, tomando como exemplo os trabalhos realizados por Coracini (1991) e Benites (2002). Faz-se a apresentação de variadas definições sobre o conceito de Divulgação Científica entrelaçadas às opiniões de diversos estudiosos do assunto na tentativa de traçar um panorama mais amplo sobre o tema. Sequencialmente, são introduzidas considerações sobre alfabetização e cultura científicas como formas de promoção da democracia cultural entre as pessoas. Conclui-se que há uma busca constante pela objetividade científica e jornalística, mas na medida em que os recortes são analisados, várias marcas lingüísticas apontam para a instauração de subjetividade no DDC. Aponta-se também que a mídia, na formulação e divulgação do conhecimento científico, utiliza um discurso que espetaculariza a informação (DEBORD, 2003 e GREGOLIN, 2003). A priori, os efeitos metafóricos no DDC não promovem um esvaziamento ou banalização do DC (que também utiliza metáforas em seus relatos de pesquisa), ou uma facilitação excessiva da linguagem, porque mobiliza a memória discursiva na qual o leitor está mergulhado e aciona imagens e informações que se constituem no interdiscurso promovendo uma ressignificação dos sentidos do DC no DDC e, portanto, acredita-se, num entendimento mais contextualizado das informações científicas. Contudo, numa análise mais abrangente, compreende-se que há sim uma banalização quando a mídia só se propõe noticiar os assuntos referentes à ciência e não problematizá-los e discuti-los criticamente para uma divulgação do conhecimento que supere, pelo menos, o senso comum.

Palavras-chave: Ciência. Mídia. Divulgação científica. Análise do discurso. Procedimentos discursivos.

ABSTRACT

The relationship between the scientific and the mass media communication (magazine journalism) discourses objectified/textualized as a new genre, or rather, the discourse of scientific diffusion (DSD) is provided. Research problematizes the manner mass media discourses are constructed to publish scientific knowledge and intends to understand how magazines fulfill their role in publishing and/or trivializing the scientific discourse. Current reflections are based on the theoretical concepts of Discourse Analysis, with special reference to production conditions (Imaginary Formation), interdiscourse/intradiscourse, discursive memory and meaning effects (PÊCHEUX, 1997; ORLANDI, 2001), narrated discourse (direct and indirect speech), based on Bakhtin (1995) and metaphor, under the guise of the metaphoric effect (PÊCHEUX, 1997), chosen as a basic concept for enunciations of the Brazilian magazine SAÚDE [Health]. Based on research by Coracini (1991) and Benites (2002), the relationships between the instauration of objectivity/subjectivity in DSD are analyzed. Several different definitions of the term Scientific Diffusion are given, coupled to the opinions of other experts, so that a broader aspect of the subject may be delineated. Reflections on scientific literacy and culture are introduced to enhance cultural democracy among people. It may be concluded that although there is a constant search for scientific and journalistic objectivity, several linguistic traces indicate the introduction of subjectivity in DSD when texts are more deeply investigated. It should also be emphasized that, within its formulation and publishing of scientific knowledge, the mass media employs a type of discourse that transforms information into a spectacular show (DEBORD, 2003 and GREGOLIN, 2003). It may be said that a priori DSD's metaphoric effects do not favor superficiality or the trivialization of the Scientific Discourse (which, in its turn, also uses metaphors in its research reports) or an excessively smooth language. This is due to the fact that it mobilizes the discursive memory in which the reader's dived and sets images and information mind that are formed in the interdiscourse and enhance a re-signification of the meaning of Scientific Discourse in DSD, or rather, it is given credit, in a more efficient understanding of scientific information. However, within a wider discourse, it may be understood that trivialization exists when the mass media merely informs scientific subject matter without any problematization and without any critical debates on the subject towards subsequent boarding knowledge diffusion.

Key words: Science; social media; scientific diffusion; Discourse Analysis; discursive proceedings.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: LÂMINA DE MUITOS GUMES.....	25
3	CONSTITUIÇÃO, FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO: ONDE “NASCEM” OS DISCURSOS.....	35
3.1	CONSTITUIÇÃO/FORMULAÇÃO/INTERDISCURSO/INTRADISCURSO: PARÁFRASES EM CENA.....	43
3.2	METÁFORA E DISCURSO: REMINISCÊNCIAS E DESAFIOS.....	47
4	ESPETACULARIZAÇÃO: SIMULANDO A SOCIEDADE ATRAVÉS DA METÁFORA.....	52
4.1	DISCURSO CIENTÍFICO E DISCURSO PUBLICITÁRIO: ALGUNS EFEITOS METAFÓRICOS.....	62
5	DA OBJETIVIDADE E DA SUBJETIVIDADE NO DDC.....	69
5.1	OBJETIVO E/OU SUBJETIVO: DESCONSTRUINDO ALGUNS MODELOS.....	73
5.1.1	O Sujeito Jornalista e o Leitor: Projeções de Isenção e Cumplicidade.....	74
5.2	FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: O PAPEL DOS VERBOS NO DISCURSO CITADO.....	79
5.2.2	Verbos Introdutores e Finalizadores do Discurso Citado.....	82
5.2.2.2	DD e DI: Diferentes Formas de Subjetivação no DDC.....	83
5.3	PRELIMINARMENTE.....	89
5.4	SUBJETIVIDADE, OBJETIVIDADE E A QUESTÃO DO SUJEITO: NADA É DEFINITIVO.....	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96

1 INTRODUÇÃO

*[...] Sem me ouvir deslizam,
perpassam levíssimas
e viram-me o rosto.
Lutar com palavras
parece sem fruto.
Não tem carne e sangue
Entretanto luto.[...]*

Carlos Drummond de Andrade

Uma grande luta foi travada ao longo deste trabalho, incansável luta pelas madrugadas, imbatível luta para conseguir o efeito pretendido (e nem sempre alcançado). O velho e bom Drummond me ensina, neste poema que antecipa muitos estudos recentemente realizados, que “Lutar com palavras é a coisa mais vã. Entanto lutamos mal rompe a manhã” ou ainda “Palavra, palavra (digo exasperado), se me desafia, aceito o combate” (ANDRADE, 1998:182-183). Do mesmo poema do qual a epígrafe deste texto faz parte, estes excertos mostram sutilmente, através da genialidade do grande poeta brasileiro, o que leva anos e anos de estudo, leitura e reflexão (principalmente para quem é da área de Letras) para se compreender as palavras, ou seja, que elas *deslizam*¹ e desafiam, enquanto se pensa que há controle e poder sobre elas. Há luta. Alguns lutam porque sentem necessidade física (como eu), outros por necessidade financeira, outros ainda por vaidade... Quem sabe? Quem sou eu para julgar? “Entanto lutamos mal rompe a manhã”. (ANDRADE:1998, 182).

Minha infância foi muito interessante. Mãe professora, pai comerciante, irmão mais novo...Gostava muito de brincar no quintal, capturando insetos e inventando lupas para melhor inspecioná-los. Outra coisa que me atraía muito era brincar de teatro, eu não tinha muitos amigos de carne e osso, mas tinha muitos de borracha, e também os imaginários...

¹ Utilizo, provocada pelo poema de Drummond, a palavra *deslizam* para indicar algo provisório, ou seja, as palavras *deslizam*, derrapam, rompem com os sentidos ditos comuns e instauram outros sentidos. Nesta direção, o sentido pode sempre ser outro (conf. ORLANDI, 2001) e existe uma impossibilidade de aprisioná-las (as palavras) dentro de um único sentido. Por isso elas deslizam...

Conversava com eles o tempo todo. E fazia misturas mágicas, experimentos com os insetos, tinha o meu laboratório bem debaixo de um pé-de-manga. Lembro-me bem de que havia um programa da Rede Globo, chamado Globinho, que eu adorava. Ele mostrava como se faziam algumas experiências com insetos e eu reproduzia todas, às vezes com sucesso, às vezes não. Acho que foi o primeiro programa de divulgação científica com que eu tive contato. E nem sabia o que me esperava no futuro...

Quando entrei na escola e comecei a compreender que havia um saber diferente do que eu sabia, um saber que se aprendia nos livros, no contato com gente mais sabida (professores, diretores) e mesmo no cotidiano escolar, fiquei deslumbrada! Tinha só sete anos! (sempre fui meio deslumbrada mesmo)... Era tanta coisa a descobrir, tantos livros a explorar, tantas perguntas a fazer... Lembro bem de uma professora na 2.^a série que me iniciou no *vício* (o melhor que eu tenho e o único saudável) da leitura. Naquele tempo não existia biblioteca e ela levava numa caixa de papelão, uma variedade de livros de histórias infantis que os alunos disputavam e devoravam avidamente. Li todos. Queria sempre mais. Nem sempre tinha, era só uma caixa para toda a escola. “Paciência, Silvia. Um dia você vai ter tantos livros que não vai dar conta de ler.” Acho que ela era uma profetisa. Este dia chegou (qualquer semelhança será mera coincidência com quem faz pesquisa), e eu não tive/tenho tempo suficiente para ler meus livros. Paciência de novo... Vou me aposentar... então, quem sabe?

O que me intrigava, contudo, eram as aulas de Português. Pra que tanta regra, meu Deus? (do Drummond: *pra que tanta perna, meu Deus?*). Achava impossível, inaceitável, absurdo que as palavras tivessem só um sentido... e naquele tempo tinham. Era um tal de a resposta correta daqui, a resposta certa dali e eu pensava que aquilo tudo não podia ser. Na leitura (dos livros da caixa de papelão) eu dava a interpretação que achava ser a mais próxima do meu mundo, ou a que achava mais... familiar... às vezes, na aula de interpretação de texto (só hoje eu sei que aquilo não era interpretação e sim identificação e transcrição de texto) a

minha opinião não “batia” nunca com a da professora, quer dizer, com a do livro didático. Aquele abençoado livro que tinha que apagar as respostas (eles eram reutilizados anualmente como os de hoje nas escolas públicas) dos alunos do ano anterior, senão a professora tirava nota da gente.

Mais tarde, já cursando o magistério, eu me perguntava se não havia uma maneira mais inteligente de aprender/ensinar Português do que aquelas malfadadas aulas de análise sintática (parece que ainda ouço a voz de um ilustre professor nos meus ouvidos: sujeito oculto, sujeito indeterminado, sem sujeito!). Ah se ele soubesse o que hoje penso saber sobre o sujeito!!! Ah se ele tivesse lido Althusser, Pêcheux e Foucault... E eu não me conformava: para mim a língua era viva, a leitura (fruição) me dizia, as músicas me diziam, a poesia (que naquela época eu escrevia) me dizia. Então por quê a aula de Português tinha que ser daquele jeito?

Muito tempo se passou. A vida deu “vortas que o mundo dá”. Optei (e o verbo selecionado aqui tem todo o efeito pretendido) por ser professora. Não quisesse, poderia ter sido qualquer outra coisa, mas quis... E aí a luta com as palavras tornou-se constante, aceitei a peleja, encarei o combate... e percebi que há outros jeitos (uso o plural para não cair na pieguice de deixar subentender que sou a salvadora da pátria). Compreendi que as palavras não precisam ser certas ou erradas, mas que elas *deslizam* sempre e constantemente, de acordo com o exterior a que elas se referem ou do qual elas fazem parte. Que seus sentidos instauram-se de acordo com a formação discursiva da qual elas provêm. Que os dizeres são dizeres já-ditos, porém ditos sempre de formas diferentes, e mais, que esses dizeres entrelaçam-se a outros dizeres e constroem uma rede de sentidos que significam diferentemente a cada dizer, contudo estão sempre interligados...

Foi muito gratificante compreender que na escola, desde minha infância, algo me incomodava em relação ao modo como as palavras significavam. Muito melhor foi compreender que aquele tipo de ensino acabou (embora não para muitos) e que existem

maneiras menos autoritárias de pensar e de ensinar/aprender. Maravilhoso foi poder analisar as palavras, mesmo que, às vezes, elas me “virassem a cara”, e tentar compreender seus prováveis e improváveis sentidos sem que houvesse uma resposta correta e única já escrita no livro didático.

A partir desse cenário sucintamente delineado, apresento parte das ressonâncias de minha vereda pela pesquisa de mestrado. Este trabalho constitui-se de questionamentos suscitados desde esse longínquo tempo. O gérmen, a semente nasceu naquela época. Sinto-me muito satisfeita de poder colher frutos (que pelo menos para mim são muito significativos). Nada melhor do que pensar sobre um assunto que sempre me fascinou desde a infância, a ciência, tomando, como âncora para análise, a metáfora (outra paixão desde os velhos tempos dos escritos poéticos), contudo numa direção diferente, sem pensá-la (a metáfora) como desvio ou figura, mas como efeito de sentido. Sem pensar, também, que ela apresenta um sentido literal (que seria mais “real”, mais próprio) e um figurado (que configuraria no desvio do padrão, ou então, na fuga da realidade com a finalidade de expressar melhor a subjetividade), mas pensando que esta ocorrência aponta para muitas direções, principalmente para a necessidade de estabelecer relações entre o já-dito e o a dizer como forma de promover um melhor entendimento do texto científico.

Mais importante, ainda, é tentar relacionar e compreender o funcionamento de: a) ciência, b) modos de dizer (metáfora, textualização da ciência) e c) sociedade, principalmente no que se refere ao efeito da divulgação científica para a sociedade, refletindo sobre o papel que desempenham os mediadores que veiculam estes saberes aqui representados e rotulados pelo que se chama de mídia. Nessa empreitada, busco uma reflexão crítica sobre a forma como a mídia, especialmente a impressa, textualiza, espetaculariza e faz circular o discurso científico para a sociedade.

Segundo a literatura da área de comunicação, a mídia exerce uma influência muito forte sobre os estratos da sociedade, tanto sobre os sujeitos com menor acesso ao saber

institucionalizado, mas que desenvolveram um saber cotidiano, de senso comum, quanto sobre os com acesso a um saber que se desenvolve nas esferas institucionalizadas (política, cultural e/ou acadêmica). Ela influencia aquilo que muitos costumam chamar de cultos e incultos, letrados e iletrados, professores e alunos, alfabetizados e analfabetos, políticos e não-políticos, pobres e ricos, entre outros exemplos corriqueiros. Nota-se essa “influência” através da construção de uma notícia ou publicidade, por exemplo, veiculadas pela mídia, principalmente pelo direcionamento ideológico que imprime à sua linguagem.

Contudo, relacionando as mesmas implicações relatadas acima ao campo científico, percebe-se que o funcionamento se dá de forma muito díspar. Enquanto a mídia influencia e cristaliza comportamentos (chegando a construir estereótipos e a legitimar valores), veicula significados que, muitas vezes, só atendem sua necessidade capitalista (de mercado) e mesmo assim a humanidade sente-se “bem-informada” sobre a maioria dos assuntos; a ciência padece do que se pode chamar, numa paráfrase não muito feliz de “mal-do-século”, do mal-da-divulgação. Divulgação que é sim realizada, porém não da forma a promover a emancipação científica da sociedade, ou seja, como forma de proporcionar às pessoas, não só informação, mas, sobretudo, a possibilidade de ampliar conhecimentos e problematizá-los através da ciência. Segundo Duarte (*online*, 2003), num artigo escrito para a Associação Brasileira de Jornalismo Científico:

Educar para a ciência não significa apenas ensinar a compreender quando falamos de ciência ou divulgar a última novidade saída dos laboratórios, mas ajudar a pensar cientificamente, interpretar as implicações dos avanços da ciência e tecnologia, imaginar como podem ajudar cada um a ter uma vida melhor. E comunicadores-educadores, neste caso, não seriam apenas jornalistas, relações-públicas, publicitários, mas também físicos, químicos, biólogos, agrônomos, engenheiros, dirigentes, técnicos – ou seja, todos aqueles comprometidos com os desafios que a sociedade impõe às instituições que atuam com ciência. (DUARTE, *on-line*, 2003)

Nesta direção, a reflexão sobre ciência e mídia e suas implicações para, sobre e na sociedade são muito interessantes, pois cabe também aos estudiosos da linguagem explicitar como os discursos funcionam e quais os efeitos sociais disto. Assim, este estudo tem como objetivo problematizar a relação ciência/jornalismo/sociedade e refletir sobre a necessidade de promover a divulgação científica de maneira responsável.

Benites (2002), em seu oportuno *Contando e Fazendo a História*, relata que o Novo Manual de Redação (NMR) da Folha de São Paulo propõe que se faça “um jornalismo crítico, apartidário e pluralista” (NMR, 1992:13 apud BENITES, 2002:34), a autora completa que, ainda de acordo com o NMR: “para mostrar a realidade do ponto de vista crítico, postula-se a comparação de fatos, o estabelecimento de analogias, a identificação de atitudes contrárias e a veiculação de diferentes versões para um mesmo acontecimento” (BENITES:2002). Percebemos, então, que o jornal pretende-se isento, idôneo e plural, porém, será mesmo que a realidade é mostrada desta forma? O objetivo não é responder esta questão, nem tampouco refletir diretamente sobre ela, contudo não se pode deixar de pensá-la durante o processo deste estudo.

No dizer de Guimarães (2001:13), “a notícia jornalística é a enunciação de um acontecimento (fato) contemporâneo a sua enunciação”; na mesma direção Bucci (2003) orienta que:

A idéia de que as notícias de jornal “retratam a realidade” não faz sentido. Não que os jornais mintam, distorçam, manipulem. Não é isso. Admitamos que os grandes veículos da imprensa se esforcem na direção da objetividade e da verdade factual. Admitamos, mais ainda, que eles sejam bem sucedidos nesse esforço. (...) há algo na natureza do fato (e do fato jornalístico em especial) que já é, desde sempre, relato. Quer dizer: o fato já nasce como relato. (...) Ou, se quisermos, como elementos discursivos. (BUCCI: 2003: 09)²

² Prefácio de Eugênio Bucci na obra de: GOMES, Mayra Rodrigues. *Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar*. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.

Não se deve esquecer que esse retrato da realidade, que nasce a partir do relato, é parte integrante de um processo muito mais amplo em que estão em jogo não só questões relacionadas à comunicação/informação, utilidade pública ou divulgação do conhecimento, mas, sobretudo, questões de ordem sócio-econômica. Dizendo melhor e mais uma vez: a mídia está mergulhada no conjunto cultural e econômico capitalista e sofre as coerções advindas deste sistema, estendendo tais coerções à sociedade. Ainda há mais: quando Bucci (2003) afirma a existência do primado do relato sobre o fato, isso significa que a mídia, por ser atravessada por uma infinidade de outros discursos, acaba simulando e projetando uma realidade (ou o que quer que se chame de realidade) a partir do relato, relato esse que se materializa em forma de discurso que “ordena e disciplina” (BUCCI, 2003:13), diria, também, ecoando aqui o referido autor, que envolve e direciona o entendimento do leitor/ouvinte sobre a realidade apresentada, porque:

[...] existem as determinantes do discurso – que submete a todos, independentemente da fortuna ou da miséria, independentemente da intenção que os sujeitos tenham. O jornalismo, como discurso, ordena e disciplina, e não há muito que um patrão ou um sindicato possa fazer a respeito. (BUCCI, 2003:12-13).

O que se percebe, então, é que, embora existam sujeitos que exerçam o poder (principalmente financeiro) sobre os assuntos que estão em circulação na mídia e este poder, em maior ou menor grau, determine a “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1996) no processo, é o próprio discurso (construído pela mídia) que vai ordenar, disciplinar, recortar e constituir³ a realidade.

³ Um exemplo, para ilustrar esta reflexão, vem do jornalista Geraldo Lopes na matéria *A quem interessa o referendo sobre arma de fogo?* (Site Comuniquese, Seção: Em Pauta, 26/9/2005). O autor, ao discorrer sobre o referendo, descreve a “maratona” que os lados do *sim* e do *não* estão enfrentando para disciplinar os ouvintes a definirem sua posição em relação à iminente escolha. Para tanto, Lopes percorre a memória histórica do leitor evocando vários exemplos que, segundo ele, não justificam o desarmamento. Por fim, cita o exemplo do Listerine (produto que combateria a halitose, mas que foi lançado inicialmente no mercado para uma série de outras coisas que não ao fim dela), fazendo uma interessante reflexão sobre a propaganda e o que ele chama de *sabedoria convencional*; segundo ele, *o Listerine foi mais responsável por promover a halitose do que a higiene*

Ao refletir sobre, por exemplo, a questão da “economia do tempo” que é pedra de toque no discurso midiático⁴, percebo que, de acordo com Davallon (apud NAVARRO-BARBOSA, 2003: 116), “há um deslocamento da memória social, que não se encontra mais na cabeça dos indivíduos, mas nos arquivos da mídia”. A mídia presentifica o passado e ao presentificá-lo rompe com a complexidade da historicização⁵ dos fatos, promovendo um esvaziamento da memória social. Este passado já não faz mais sentido para o leitor/ouvinte a não ser pela memória da mídia (que é uma memória presentificada), pois “o tempo é curto, não dá tempo pra nada, a semana voa etc” (discurso cotidiano). Diria (não sem pesar) que não há tempo nem mesmo para se pensar a condição da existência humana. A historicização dos acontecimentos, as reflexões sobre a humanidade são determinadas pelo que a mídia presentifica (relata) e divulga por seus massivos (e conseqüentemente *moldadores* de opinião pública) veículos de comunicação. Para ratificar essa hipótese, Gregolin (2003: 96) também se posiciona analogamente:

[...] a mídia produz sentido por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas de representação que constituem o imaginário social. Fazendo circular essas figuras, ela constrói uma “história do presente”, simulando acontecimentos-em-curso que vêm eivados de signos do passado. (GREGOLIN, 2003: 96).

Para a sociedade, então, resta o simulacro de uma organização social que, construída através do relato, do discurso da mídia, firma-se como realidade inquestionável. Nesta perspectiva, de acordo com Guimarães (2001: 09), pelo menos em alguns suportes midiáticos, a operação sobre um presente, como se ele não tivesse passado algum ou nenhuma história, é uma estratégia para significar o poder contemporâneo na mídia.

bucal, isto porque a propaganda do produto foi a responsável por direcionar o imaginário coletivo (sabedoria convencional) à idéia de que a halitose atrapalharia a relação “casadoira” dos jovens.

⁴ Emprego a expressão discurso midiático em referência às formas de informação que englobam todos os suportes de mediação: rádio, TV, Internet etc, sejam orais ou escritas.

⁵ Historicização entendida aqui como problematização e reflexão sobre o fato histórico, considerando a interpretação do sujeito e a construção do acontecimento histórico (na visão da Nova História) e não apenas a documentação (descrição e relato cronológico) do fato (cf. História Tradicional).

Estas reflexões relacionam-se a outras muito mais específicas. Penso, neste estudo, o discurso midiático voltado para a construção e divulgação da ciência, ou melhor, como forma (outras formas) de “textualização jornalística do discurso científico” (ORLANDI, 2001a:151). Cabe aqui uma explicação mais detalhada: meu objeto de estudo centra-se no discurso de divulgação científica (DDC) e na tensa relação entre ciência e mídia com a finalidade de compreender se há contribuição e/ou banalização do discurso científico quando textualizado pela revista de divulgação científica⁶. Ademais, interessa-me refletir sobre a instauração de sentidos pelo DDC a partir da constituição, formulação e divulgação do conhecimento através da mídia. Para isto, compactuo com Orlandi (2001a) que afirma que na reflexão sobre os efeitos da divulgação científica:

Temos três pressupostos para esta reflexão: 1. A produção de sentidos envolve três momentos inseparáveis: a constituição, a formulação e a circulação; 2. Do ponto de vista discursivo, há indissociabilidade (cf. M. Pêcheux, 1997), entre ciência, tecnologia e administração (governo); e 3. o discurso de divulgação científica desloca o processo do conhecimento científico para a informação científica. Notícia a produção científica. (ORLANDI, 2001a: 150).

Ciência e tecnologia estão hoje na mídia num volume bem maior do que há algumas décadas. A mídia, não só impressa como televisiva, vem desenvolvendo programas, reportagens e editoriais cada vez mais especializadas no ramo. De acordo com Louis Berlinguet (apud VOGT, *on-line*, 2003), “hoje, quer queiramos ou não, estamos envolvidos em nosso cotidiano pela ciência e pela tecnologia”. Envolvimento que acontece de forma cada vez mais rápida. Entretanto, não se sabe se tal rapidez contribui para obtenção de maior conhecimento ou informação para os que lêem ciência através da mídia⁷.

No entender de Grzegorzcyk e Vasconcelos (1999: 186) “muitos leitores encontram dificuldades na compreensão de certos tipos de discurso como, por exemplo, os científicos os

⁶ Revista *SAÚDE!*.

⁷ Penso num estudo posterior para analisar a recepção do DDC.

quais apresentam sempre maior dificuldade de leitura por exigirem do interlocutor um raciocínio mais rigoroso e um certo grau de conhecimento (conforme Severino, 1980)”. Não só o leitor encontra estas dificuldades, mas, mesmo o autor (entendido aqui como função-autor)⁸ de textos científicos demora muito para apresentar segurança e fluidez na construção de seu discurso, seja ele científico ou jornalístico. Compreendo, desta forma, que tanto a autoria quanto a recepção do discurso científico se constroem somente no processo contínuo entre ler e escrever, interpretar e discutir, refletir e reescrever, de acordo com a posição (social, cultural, política, institucional etc) que o sujeito ocupa no momento em que escreve, lê (interpreta, compreende) o texto em questão.

O discurso da ciência apresenta uma organização textual peculiar e convencionalizada pela comunidade científica que determina as normas que devem ser seguidas para a manutenção de uma regularidade. Assim, o discurso científico (DC) é frequentemente direcionado a um público específico que compartilha e se sujeita às coerções deste discurso, ou seja, seus pares. Maingueneau (1993:57) contribui dizendo que “escreve-se apenas para seus pares que pertencem a comunidades restritas e de funcionamento rigoroso”. Esta linguagem torna-se, então, hermética, fechada ao olhar não especializado, principalmente porque os conceitos e terminologias elencados nestes textos fazem parte somente do espaço discursivo de leitores que comungam das regras acordadas em relação aos estudos (sejam eles de qualquer área do conhecimento) em andamento na comunidade acadêmica e científica.

O discurso jornalístico é construído de acordo com determinadas regras que regulam a apuração dos fatos e a sua redação; elas (as regras) se pautam pela crença na imparcialidade, na isenção, na busca da objetividade. Segundo o Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo (apud BENITES, 2002:13) o intuito é a promoção do “puro registro dos fatos, sem

⁸ A função-autor, inicialmente desenvolvida por Foucault (1972), e aqui retomada por Orlandi (2001a) “constrói uma relação organizada - em termos de discurso - produzindo um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão, não-contradição e fim). A autora chama a atenção para o fato de que, em nossa ideologia, existir a idéia de que o sujeito seja responsável pelo que diz. Assim sendo, acrescenta que, se de um lado há uma “função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido.”(ORLANDI, 2001a: 65)

opinião” para mostrar ao público a ética e a idoneidade do jornal ao veicular a informação.

De acordo com Bucci (2003:11):

O jornalismo ainda crê e faz crer no relato positivista. O discurso jornalístico, de que o profissional de imprensa é o operador, supõe-se baseado na premissa de que os eventos se sucedem independentemente da presença ou do olhar do observador, premissa que foi abandonada até mesmo pela Física, há coisa de quase um século, com o advento da Mecânica Quântica. (BUCCI, 2003:11)

Apesar de tudo isso, tanto o discurso científico quanto o jornalístico apresentam deslizes na instauração da objetividade⁹ - como a troca de uma pessoa pronominal por outra, a utilização da metáfora na conceituação e designação de termos científicos, ou ainda a escolha do verbo introdutor ou finalizador do discurso relatado, por exemplo. Estes deslizes materializam-se no fio do discurso (intradiscurso) de maneira muito sutil, por vezes quase imperceptivelmente. Porém, há indícios da presença de subjetividade, seja de forma explícita, através do dito, ou de forma implícita, através do não-dito, porém já-dito (interdiscurso).¹⁰

Na tensa relação acerca da existência do subjetivo e do objetivo, principalmente porque tais conceitos tornaram-se relativos e moventes de acordo com a posição ou o gesto de interpretação adotado para a análise, em se tratando dos discursos científico e jornalístico (respectivamente DC e DJ), priorizo o estudo de um terceiro tipo: o discurso de divulgação científica (DDC) discurso que utiliza padrões tanto de um quanto de outro (DC e DJ) e que objetiva a transposição (DESTÁCIO, *online*, 2002) ou textualização (ORLANDI, 2001) da linguagem do primeiro para a do segundo como forma de promover a divulgação¹¹ da ciência.

Acredito que a mídia intervém no espaço (no vazio) que se instaura no processo de leitura (relação texto/leitor) que é demonstrado, por exemplo, pela dificuldade latente que

⁹ Coracini (1991) e Benites (2002) entendem que há simulação/ilusão da objetividade, tanto no discurso científico, quanto no jornalístico,

¹⁰ Uma explicitação mais detalhada dos conceitos de interdiscurso e intradiscurso será realizada na fundamentação teórica.

¹¹ Os conceitos de divulgação/vulgarização/popularização científica ainda são muito discutíveis. Ampliarei a reflexão sobre eles mais adiante.

alguns alunos apresentam em testes de leitura ao se analisarem as estatísticas ultimamente apresentadas por pesquisas na área de educação.¹² Scalzo (2003: 24) afirma que “a história mostra que a cobertura do meio de comunicação mais popular (TV) acaba suplantando as demais”. Entendo como “as demais” os jornais, as revistas, o livro, enfim, a conversa em família, no grupo de amigos, entre outros. A contribuição da mídia para a formação do imaginário social é muito forte; Gregolin (2003: 97) diz que “as pessoas esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro”, sob a égide da mídia. Principalmente a televisiva (que é a mais massiva), acrescentaria.

O discurso midiático adota um discurso de sedução. O envolvimento construído para seduzir o leitor/ouvinte aliado à espetacularização das notícias e reportagens é a base para a propagação e para a soberania (e conseqüentemente simulacro da verdade) do discurso midiático na sociedade.

Sobre esta espetacularização, Debord (2001) em *A Sociedade do Espetáculo* adota um posicionamento interessante ao afirmar que o espetáculo constrói um tipo de sociedade em que a vida real é pobre e fragmentária e as pessoas consomem, sem resistência (e até inconscientemente), as imagens de tudo o que lhes falta na vida real. A realidade torna-se uma imagem e vice-versa. Segundo ele, as pessoas passam a acreditar em tudo o que a mídia veicula, pois é esta a pseudo-vida que se lhes apresenta. Como consequência dessa espetacularização, que se esconde sob uma máscara de democracia, há um poder que falsifica tudo. Nas palavras de Debord (2003):

É ao mesmo tempo o verdadeiro que deixou de existir quase por todo o lado ou, no melhor caso, viu-se reduzido ao estado de uma hipótese que nunca pode ser demonstrada. O falso sem réplica acabou por fazer desaparecer a opinião pública, que de início se encontrava incapaz de se fazer ouvir; depois, rapidamente em seguida, de somente se formar. Isto acarreta,

¹² Como o ENEM, PISA, entre outros.

evidentemente, importantes conseqüências na política, nas ciências aplicadas, na justiça, no conhecimento artístico. (DEBORD, 2003: 14).

Há, nesta linha, uma forte crítica não só aos meios de comunicação de massa (televisão, principalmente), mas a toda uma forma de construir simulacros da sociedade. Esses simulacros, contudo, têm senhores, pois “é preciso não esquecer que todo o mediático¹³, por salário e por outras recompensas ou gorjetas, tem sempre um senhor, às vezes vários, e que todo o mediático se sabe substituível”. (DEBORD, 2003: 18).

É por causa desta eventual substituição que a mídia conforma-se à vontade de um senhor, seja ele público, seja ele privado. Percebo, então, que isenção e neutralidade não são mais do que meros simulacros que grande parte da sociedade consome sem sequer pensar em questionar. Sobre este comportamento irrefletido, Debord (2003) argumenta que:

O fluxo de imagens domina tudo, e é igualmente qualquer outro que governa a seu gosto este resumo simplificado do mundo sensível que escolhe aonde irá esta corrente, e também o ritmo daquilo que deverá manifestar-se nela, como perpétua surpresa arbitrária, não deixando nenhum tempo para a reflexão, e em absoluto, independentemente do que o espectador possa compreender ou pensar. Nesta experiência concreta da submissão permanente, encontra-se a raiz psicológica da adesão tão generalizada àquilo que lá está, que vem a reconhecer-lhe *ipso facto* um valor suficiente. (DEBORD, 2003:29-30).

Também a linguagem que se usa é a linguagem que o *espetáculo* autoriza e dissemina. Segundo Debord (2003), a pessoa que já está submetida às normas espetaculares “seguirá no essencial a linguagem do espetáculo, porque é a única que lhe é familiar: aquela em que lhe ensinaram a falar” (DEBORD, 2003:33). O autor argumenta, ainda, que existem os que desejam mostrar-se inimigos da sua retórica, mas, inevitavelmente acabam empregando a sua sintaxe (infelizmente, muitas vezes, estou impregnada dela) e este comportamento já dá indícios do êxito da dominação espetacular, porque ao tentar mostrar-se

¹³ A tradução, para o livro: DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Versão para MSReader por Ciberfil Literatura Digital, 2001 Disponível em <<http://www.ciberfil.org>> Acesso em 25 de junho de 2005, traz a palavra “mediático”, com e.

inimigo da retórica da mídia, (e, portanto, *controlando por sua vontade*) o entendimento sobre se o que está sendo veiculado é “bom ou ruim”, o sujeito, sem perceber emprega sua sintaxe, quer dizer, ao mesmo tempo em que ele combate e diz ser necessário combater os *excessos* da mídia, não se dá conta de que já está impregnado pelo dizer dela.

É justamente sobre essa *estranha familiaridade* (PÊCHEUX, 1997: 155) que acredito ser importante refletir, tentando compreender como os sentidos do DC significam no DDC; como a linguagem se constrói no fio do discurso em relação aos sentidos presentes na memória discursiva e como a espetacularização atravessa todo este processo.

Para o estudo, selecionei aproximadamente vinte exemplares, entre os anos de 2003, 2004 e 2005, da revista SAÚDE!, criada em outubro de 1983 e que está, portanto, há vinte e dois anos em circulação. Este recorte temporal se deve ao meu interesse em estudar os procedimentos discursivos do jornalismo de revista num contexto mais atual (por isso os anos de 2003 a 2005), principalmente porque, recentemente, a mídia vem recebendo muitas críticas de estudiosos da comunicação, não só em relação a sua linguagem, mas também em relação ao papel que representa na sociedade.

A escolha desta revista e não de outras com características semelhantes como Superinteressante, Ciência Hoje, Revista da Fapesp, Boa Forma, por exemplo, se justifica pela maneira como ela vem organizando seu discurso. Esta organização demonstra uma apresentação de textos cada vez mais curtos, incorporação de uma grande quantidade de infográficos, esquemas e tabelas, alta incidência de linguagem espetacularizada e metafórica¹⁴, o que me parece indicar que está ocorrendo uma didatização¹⁵ deste tipo de discurso.

A revista em estudo foi pioneira na abordagem de assuntos próprios do discurso científico, principalmente os de nutrição, prevenção de doenças, hábitos saudáveis,

¹⁴ Conforme as análises que realizo neste trabalho.

¹⁵ Nesta direção, a revista poderia ser comparada a um livro didático que reduz as possibilidades de construção do conhecimento.

tratamentos médicos de ponta etc. Em comparação, por exemplo, com as revistas *Superinteressante* e *Ciência Hoje*¹⁶ que apresentam temas variados, tanto da área de ciências humanas, quanto exatas e biológicas englobando desde a psicologia, moda, biologia, história, matemática etc, o enfoque das matérias da revista *SAÚDE!* recai sobre a qualidade de vida, tanto que nas divisões dos títulos de revistas do *site* da Editora Abril, ela aparece sob a rubrica do núcleo de bem-estar. Há várias seções que são integrantes e recorrentes nas edições desta revista, como: *A palavra-chave é...*, *Sempre quis saber*, *Gôndola*, *Nesta edição*, *Que fim levou*. Ela apresenta também um grande número de fotografias, infográficos, tabelas e esquemas que funcionam como informação visual¹⁷.

O critério utilizado para a seleção, tanto dos enunciados, quanto dos temas das reportagens pautou-se pela observação, em primeiro lugar, das regularidades discursivas que constituíam formulações aproximadas da do discurso científico, porém com textualização permeada por coerções advindas do discurso midiático, em segundo lugar, pela observação da quantidade de metáforas existentes nos textos. Assim, posso dizer que, os enunciados foram recortados com base em dois princípios organizadores da formulação deste discurso: a espetacularização e a metáforização da linguagem.

Na primeira parte da pesquisa, penso sobre o discurso de divulgação científica em sua relação com Ciência e Tecnologia (C&T) e também sobre os vários conceitos (quase sempre variados) sobre o termo “divulgação científica”, reflexão que apresenta ramificações que apontam, ora para a materialidade discursiva, ora para os efeitos instaurados por esta materialidade.

Na segunda parte, reflito sobre o aporte teórico que sustenta a análise e justifico os princípios e procedimentos que a norteiam. Conto principalmente com autores como Pêcheux, Orlandi e Gregolin que, por serem caudatários de uma proposta de análise que se organiza em

¹⁶ Há as revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças* (esta destinada à divulgação científica para leitores mirins), ambas produzidas pela SBPC.

¹⁷ Não me deterei na análise das imagens, somente em seus enunciados lingüísticos.

torno das reflexões sobre o discurso, o sentido e a ideologia, entre outros conceitos provenientes da AD, também são os teóricos que acredito serem mais condizentes com os objetivos da pesquisa.

Chego assim à análise. Esta se organiza na forma de recortes das ocorrências discursivas que julgo constituir uma regularidade dentro do suporte selecionado. Bem sei que há uma “pitada” de subjetividade, nesta empreitada, lâmina que propaga um arco-íris quando refletida ao sol, contudo tento (assim como no jornalismo) me ater às regularidades e “evidências” que a linguagem aparenta. Todavia, ao longo do “combate” compreendo, a despeito das coerções a que estou sujeita, que há uma infinidade de sentidos que são passíveis de serem ressignificados em sua opacidade.

Por fim, apresento algumas considerações sobre a necessidade de fortalecimento de políticas públicas que proporcionem uma maneira mais abrangente de problematizar e fazer circular o conhecimento científico. Esta ação, por exemplo, permitiria que a mídia não ocupasse completamente uma posição de formuladora e legitimadora de verdades e conhecimentos em detrimento do papel que acaba restando às instituições de pesquisa, ou seja, um papel secundário e cada vez mais distanciado da população.

Tal estudo não se esgota. Há uma carência que espera por novos trabalhos. Há uma chama que consome e induz a novas pesquisas. E é isto que me inquieta.

Este é um pequeno intróito em relação ao que é necessário ser feito. Há de se realizar muitos outros estudos sobre o tema como forma de se avançar em direção a uma política de constituição, formulação e circulação de conhecimentos mais justa e democrática, pois embora muitos achem que o conhecimento está disponível nas prateleiras das livrarias e editoras, sabe-se também que não são todos os que têm condições financeiras de adquiri-lo, porque para isso teriam que sofrer dores de necessidades básicas.

Então... à luta. É também uma luta ler uma dissertação.

2 DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: LÂMINA DE MUITOS GUMES

*[...] Arrebetaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia seus fogos.
Era dividida em metades
diferentes uma da outra.*

*Chegou-se a discutir qual a metade mais bela
Nenhuma das duas era totalmente bela.
E carecia optar. Cada um optou conforme
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.*

Carlos Drummond de Andrade.

A epígrafe citada pertence ao poema *Verdade* de Drummond (1998:41) e diz muito do que compreendo sobre a verdade e sobre o conhecimento (o que não é muito e nem sei mesmo se é), principalmente da posição que venho organizando este estudo. Relacionando-a ao título deste capítulo, poderia afirmar que foi nessa formação discursiva (discurso poético-social de Drummond) que selecionei os dizeres formulados na metáfora *lâmina de muitos gumes*. E é assim que imagino a divulgação científica, uma lâmina que refletida ao sol, a exemplo de um caleidoscópio, de um arco-íris, esplende uma quantidade de cores inimagináveis, tênues, mas que certamente chamam a atenção de quem as contempla por seu brilho, sua propagação, com mil prismas, mil sentidos, para seu funcionamento.

Conforme já explicitado, este estudo tem por objetivo refletir sobre a relação entre ciência e mídia a fim de construir hipóteses sobre a contribuição e/ou a banalização dos conceitos provenientes do discurso científico textualizado pelo discurso de divulgação científica (DDC). Concomitantemente, realizo uma análise de reportagens, notícias, infográficos, entre outros, da revista *SAÚDE!* com a atenção focada nas marcas lingüístico-enunciativas (intradiscurso) que se materializam, pela constituição de sentidos dos enunciados em relação ao interdiscurso, e reflito sobre as idéias organizadas sobre a metáfora, numa

perspectiva discursiva, principalmente a partir da noção desenvolvida por Pêcheux (1997) e Orlandi (2001) a fim de ancorar o estudo.

Considero, portanto, o conceito divulgação científica como uma lâmina de muitos gumes pelos vários conceitos vinculados a ele: jornalismo científico, vulgarização científica, disseminação científica e o próprio metatermo divulgação científica. Kreinz (*online*, 2000), em Teoria e Conceito de Divulgação Científica adianta que “há problemas não resolvidos, definições conflitantes” quando o assunto é definir ou sistematizar teoricamente o conceito de divulgação científica.

Caberia aqui uma reflexão acerca da epistemologia da ciência, em especial das ciências humanas, para que se compreendesse melhor os efeitos de sentidos instaurados pelo discurso de divulgação científica numa relação histórica com a constituição e formulação do discurso científico. Seria necessário aprofundar a análise discutindo a questão da evolução da ciência, a crise dos paradigmas conforme abordou Kuhn (2000), ou ainda a teoria da *episteme* de Foucault (2000). Contudo, tal reflexão demandaria um tempo muito grande, do qual não disponho neste momento, em razão da extensão e complexidade do assunto, que não deve se limitar a ser abordado tangencialmente sob pena de apresentar interpretações equivocadas. Mesmo assim, reconheço que tal estudo seria de muita importância para balizar algumas reflexões sobre o tema. Contentar-me-ei, por enquanto, em apresentar algumas reflexões sobre divulgação científica, porém com o compromisso de, futuramente, refletir sobre tais questões.

A divulgação científica presta-se a divulgar assuntos produzidos por C&T (Ciência e Tecnologia). É realizada por jornalistas, através do Jornalismo Científico¹⁸, ou também pelos próprios cientistas (difusão científica). Considero que um de seus objetivos seria o de tentar minimizar o grau de analfabetismo científico existente entre a população e conseqüentemente

¹⁸ Atividade desenvolvida especificamente por jornalistas; especialidade do jornalismo que tem como objetivo produzir e divulgar informações sobre C&T através de diferentes mídias.

buscar a promoção de uma maior gama de cultura científica para a sociedade, dita leiga, em assuntos científicos. Pelo menos, a priori, este seria o objetivo fundamental desta atividade, no entanto, percebe-se que outros propósitos acabam atravessando esta prática, principalmente considerando os aspectos capitalistas já mencionados.

Há uma relação indissociável entre alfabetização e cultura científicas. A primeira seria, numa aproximação com a pedagogia¹⁹, o grau mínimo de conhecimento e habilidade que uma pessoa demonstra sobre assuntos de ciência. Já a cultura científica seria a ampliação, o entendimento mais consistente e a sistematização deste conhecimento, por parte do sujeito, desencadeando questionamento crítico constante sobre os assuntos de C&T e que redundaria em melhoria das condições de vida das pessoas, via ciência.

Sobre alfabetização e cultura científicas²⁰, Vogt (*online*, 2003) afirma que a expressão cultura científica é mais adequada do que divulgação científica para referir-se à “inserção no dia-a-dia de nossa sociedade dos temas da ciência e da tecnologia”, e acrescenta:

Melhor do que alfabetização científica (tradução para scientific literacy), popularização/vulgarização da ciência (tradução para popularisation/vulgarisation de la science), percepção/compreensão pública da ciência (tradução para public understanding/awareness of science) a expressão cultura científica tem a vantagem de englobar tudo isso e conter ainda, em seu campo de significações, a idéia de que o processo que envolve o desenvolvimento científico é um processo cultural, quer seja ele considerado do ponto de vista de sua produção, de sua difusão entre pares ou na dinâmica social do ensino e da educação, ou ainda do ponto de vista de sua divulgação na sociedade, como um todo, para o estabelecimento das relações críticas necessárias entre o cidadão e os valores culturais, de seu tempo e de sua história. (VOGT, *online*, 2003)

Nesta reflexão, considero que muito mais do que informar ciência, a divulgação promoveria a ampliação da cultura científica. Decerto, não é fácil, principalmente num País

¹⁹ Pedagogia aqui entendida num sentido amplo que engloba as questões referentes ao processo ensino-aprendizagem (leitura, escrita, cálculo etc) para a formação inicial do ser humano e que remete ao entendimento de alfabetização como a aquisição de um mínimo entendimento sobre determinado assunto.

²⁰ Utilizo aqui alfabetização e cultura científicas baseadas em Vogt (2003) e num grupo de estudiosos da ECA (Escola de Comunicação e Artes) da USP-SP. Iniciei algumas leituras sobre *Literacia* ou *Letramento* que apresentam uma visão muito mais abrangente sobre o tema, contudo tais leituras ainda estão incipientes para uma apresentação mais detalhada neste trabalho.

em que a desigualdade social é regra e nem mesmo as condições básicas de sobrevivência da maioria das pessoas estão supridas. Contudo, não é só no Brasil que há analfabetismo científico, segundo Castelfranchi (*on-line*, 2003) há um paradoxo, pois:

[...] os Estados Unidos estão entre os países com pior nível de alfabetização científica, e é também um dos lugares onde as pessoas têm maior confiança em relação à ciência e suas aplicações. Na Europa, foi mostrado que os melhores níveis de conhecimento científico se tornam às vezes sinônimo de um maior nível de atenção crítica e preocupação em relação a alguns setores da ciência contemporânea. (CASTELFRANCHI, *online*, 2003).

Seria muito importante realizar uma reflexão mais consistente sobre a recepção dos assuntos sobre ciência, via mídia, tarefa que pretendo realizar oportunamente. Neste estudo, o que me interessa é refletir sobre como este conhecimento circula e que efeitos instaura em sua formulação e não, pelo menos ainda, como eles são apreendidos e compreendidos pelos leitores de ciência ou pela sociedade em geral, embora esses já estejam projetados e instaurados no processo de identificação.

Retomando a questão acerca dos conflitos que o conceito de divulgação científica instaura, Tuffani (*online*, 2003) apresenta três problemas atuais de método da imprensa na divulgação da ciência: o primeiro diz respeito às fontes de informação, pois segundo o autor, o jornalista deve trabalhar com diversas fontes e ser capaz de sintetizá-las de modo a garantir sua veracidade proporcionando uma informação de qualidade acessível ao leitor. O segundo problema, que imagino ser a causa do primeiro, é a prática comum da imprensa que “cobre” (realiza reportagens, noticia a) ciência se auto-referenciar, isto é, basear-se somente ou principalmente em informação de veículos de comunicação dispensando as fontes especializadas. Um procedimento, também comum, decorrente deste segundo problema é a massiva divulgação de algumas áreas da ciência em detrimento de outras. Por exemplo, as

áreas de saúde, biologia, tecnologia²¹ são as mais divulgadas, provavelmente por causa do investimento que determinados laboratórios ou empresas direcionam a estas áreas. O terceiro problema apontado pelo autor é o que concerne a simplificação excessiva da linguagem. Para ele a imprensa vem promovendo um exagerado *enxugamento*²² do vocabulário, mesmo em textos longos. Quanto a este assunto, é notória a prática de enxugamento não só no DDC, mas também numa grande parte do discurso midiático, seja ele informativo, cultural, educativo, esportivo etc.; o economês, termo empregado muitas vezes no discurso midiático, vem se firmando como regra em toda a sociedade, seja na fala ou na escrita.

Finalizando, o autor aponta caminhos para a tentativa de melhoria da qualidade da divulgação científica, um deles é a remoção do estigma, que acompanha o jornalismo científico, de que sua função é somente traduzir o discurso científico, outro, é a adoção da prática de trabalhar com diversas fontes especializadas e também estabelecer um jornalismo mais investigativo em ciência, que promova a cultura científica do leitor.

A partir daqui, proponho estruturar uma seqüência que permita trafegar pelos diversos conceitos arrolados por diferentes autores sobre os termos divulgação científica/discurso de divulgação científica²³, a fim de compreendê-los melhor.

Para Authier- Revuz (1998:107) “a divulgação científica é classicamente considerada como uma atividade de disseminação, em direção ao exterior, de conhecimentos científicos já produzidos e em circulação no interior de uma comunidade mais restrita”. Esta autora entende o conceito de divulgação científica em consonância com a relação entre DC e DJ, pois a utilização da palavra disseminação aponta para o significado de propagar, espalhar, difundir e

²¹ Mais uma vez, conforme Bucci (2003) o sistema capitalista é o grande detentor do poder que faz circular as informações. É claro que o laboratório X que financia a pesquisa Y, que estuda a fórmula de um novo medicamento terá muito mais visibilidade nos noticiários (porque pagou melhor pelo espaço da propaganda) do que uma pesquisa que fale sobre os efeitos de sentido que este discurso provoca no leitor (como, por exemplo, a de Orlandi (2001) ou Gregolin (2003), já mencionadas).

²² O autor lembra a Novilíngua (estratégia de dominação) antecipada por George Orwell no livro “1984”. Contudo, acredito que isso seja fruto do aparecimento de novas temporalidades instauradas pelas novas tecnologias.

²³ Como os dois termos são quase que indissociáveis, muitas vezes utilizo um pelo outro.

explica que é em direção ao exterior. Poderia tomar este exterior como exterior à academia²⁴ e, portanto, em direção ao público não especializado, não familiarizado com o discurso (metalinguagem, terminologia)²⁵, convencionalmente codificado, em circulação. A autora concebe este discurso em termos de tradução de um discurso (DC) para o outro (DJ)²⁶. Contudo, o que ela aponta com mais vigor é seu caráter de reformulação, uma vez que:

[...] mais que ao “tradutor”, que, se conhece duas línguas, não fala mais do que uma no texto que produz, pode aproximar o divulgador de intérprete, aquele que fala efetivamente e alternadamente as duas línguas quando cumpre seu ofício de efetivar a comunicação. Disto restando uma analogia um tanto insatisfatória, já que, e é essencial lembrarmos, mesmo que seja um truísmo, o discurso da D.C. é realizado em uma só língua. (AUTHIER-REVUZ, 1998:127)

Sobre isto, Orlandi (2001) também se posiciona:

Essa articulação, diferentemente do que tem sido dito (cf. Authier-Revuz, 1998), que a considera como tradução, é para mim um jogo complexo de interpretação. Não se trata para mim de tradução, pois a divulgação científica é relação estabelecida entre duas formas de discurso – o científico e o jornalístico – na mesma língua e não entre duas línguas. O jornalista lê em um discurso e diz em outro. Ou seja, há um duplo movimento de interpretação [...] O discurso de divulgação científica é textualização jornalística do discurso científico. (ORLANDI, 2001: 23)

As reflexões, tanto de Orlandi (2001) quanto de Authier-Revuz (1998) apontam para a *dupla estrutura enunciativa* que funciona no DDC e que, de acordo com a segunda autora, “abre-se lugar para uma *configuração de papéis*, que ‘representa’ a mediação: uma estrutura de três lugares com duas extremidades ‘A Ciência’ e ‘o público leitor’, e, no meio, o divulgador”. Assim, cabe ao divulgador ser a *ponte* de acesso entre a ciência (cujo discurso é

²⁴ Academia entendida como espaço de circulação de saberes construídos por pesquisadores reconhecidos pela comunidade acadêmica (no interior desta academia).

²⁵ Orlandi (2001) afirma que “no caso da divulgação científica, há uma representação do leitor no texto pela acentuação do aspecto técnico do discurso”, este aspecto técnico, que no discurso científico se mostra através de uma metalinguagem específica, no DDC é realizado em forma de terminologia que permite que a ciência circule, que se entre assim em um “processo de transmissão”. (ORLANDI, 2001: 159)

²⁶ Em nota de rodapé, a autora faz ressalvas e explica a utilização do termo tradução, reconhecendo que a tradução se faz entre línguas diferentes, mas que foi o termo que melhor lhe ocorreu.

inapreensível) e o público (que só compreende tal discurso se reformulado em termos mais simples).

Sobre este aspecto, Destácio (*online*, 2002) fala em transposição. Para ele:

Embora sejam freqüentes os deslizes cometidos pelos jornalistas de ciência, passando ao receptor da informação uma imagem deformada do conhecimento científico (seja deturpando conceitos, seja espetacularizando descobertas), os debates entre cientistas e comunicadores se dão, mormente, pela falta de entendimento mútuo (e em especial dos pesquisadores) a respeito da transposição – com transformação - do que se origina no meio científico, com linguagem própria, para um meio em que a informação é difundida de maneira mais extensa, com linguagem muito menos hermética (ao contrário, bastante aberta) – no caso, a imprensa. (DESTÁCIO, *online*, 2002).

O autor fala em falta de entendimento mútuo entre os pesquisadores e os jornalistas. É bem verdade que a relação não é das melhores e que isto atrapalha, e muito, a divulgação científica. Há uma crise a rondar a profissão de jornalista nos últimos tempos, chegou-se a cogitar, recentemente, que um filósofo, por exemplo, desde que tivesse uma certa tarimba para escrever, poderia ser jornalista. Desta forma, o curso de jornalismo atravessou um período de resfriamento e as especializações necessárias em cada habilitação ficaram sem implementação.

Se as assessorias de imprensa dos centros científicos mantivessem uma relação mais amistosa com os jornalistas que cobrem ciência, se construíssem uma parceria para a divulgação das pesquisas de maneira responsável (no sentido de promover uma democratização deste saber para a sociedade e não de julgar se o texto está correto, de acordo com a academia ou não), talvez os problemas existentes, sejam eles lingüísticos, estruturais ou sociais, entre mídia e ciência diminuiriam. Contudo, percebe-se que esta questão não é só de boa-vontade ou responsabilidade, mas sim de “orientação ideológica”, ou seja, é necessário que ambos profissionais (jornalistas e cientistas) atentem para a necessidade da democratização do conhecimento. Esta atitude é abordada, também, por Guimarães (2001) que deixa uma indagação para ser refletida:

Está-se assim, claramente, no centro da dissensão entre cientistas e jornalistas, já que estes, por um funcionamento próprio do discurso jornalístico, reduzem a ciência àquilo que ela não é como forma de apresentá-la. Dissensão que não deixa de produzir uma pergunta insistentemente: a ciência tem o direito de se fechar no seu espaço de validade a despeito de toda uma memória de sentidos que a envolve e que, de algum modo, isola como não-real, não-verdadeiro? (GUIMARÃES, 2001:08)

Voltando a Destácio (*online*, 2002), o autor fala, também, sobre o conceito de divulgação científica que “[...] ainda gera bastantes discussões dentro dos meios acadêmicos. Alguns autores consideram divulgação científica inclusive os artigos científicos; outros, apenas os textos e demais recursos usados para fazer chegar o conhecimento científico ao público dito leigo”.

Para uma melhor compreensão sobre o conceito de divulgação científica, Kreinz (2000) optou por fazer uma depuração crítica para compor um quadro teórico referencial que sistematizasse as indagações sobre divulgação científica. A estudiosa afirma:

Pode-se, nesta ótica, arrolar diferentes expressões terminológicas para o ato de divulgar ciência, tais como “vulgarization”, divulgação, ou mesmo a expressão jornalismo científico, traduzida de “scientific journalism” ou de “periodismo científico”, usadas nas literaturas da língua inglesa e espanhola, sabendo que têm sido utilizadas para definir um processo específico de circulação de comunicações especializadas, mas não definitivas e absolutas na verdade que enunciam. (KREINZ, *online*,2000).

Há várias acepções para divulgação científica, entretanto, não é o aspecto conceitual ou terminológico que vai melhorar ou piorar o acesso e a compreensão da ciência pelas pessoas, mas sim um processo eficiente de alfabetização científica que inclui sua problematização e conseqüente ampliação da cultura científica na e para a sociedade.

Compreendo a alfabetização e a cultura científicas como aspectos indissociáveis e interdependentes para e na constituição do conhecimento. Quanto mais completo e eficiente for o processo de alfabetização científica, maior será o índice de cultura científica. Sobre

estas questões é pertinente citar Hernando (2005) um dos estudiosos da área de divulgação científica: “A cultura científica deveria fazer parte da cultura popular. Mas, na verdade, os que se preocupam com a ciência fazem parte de uma minoria. Somos uma minoria; quando formos maioria, mudaremos o mundo” (HERNANDO, 2005:19)

O referido autor diz ainda que, na Espanha, as universidades politécnicas também não preparam os alunos para divulgar seus conhecimentos para o grande público e acrescenta que esta preparação seria fundamental para promover a interação entre o público e os cientistas.

Segundo Muñoz (2002), “Dos son los mecanismos fundamentales para la emisión o transmisión de conocimiento: educar e informar”. (MUÑOZ, 2002: 06). Para o autor, estes dois mecanismos são importantes, pois educar pressupõe formar moral e intelectualmente uma pessoa, ainda que poucos por vontade própria e muitos somente pela vontade de seus responsáveis. O estudioso acrescenta que, na Espanha, a educação pouco contribui para a construção da cultura científica, uma vez que a ciência e a tecnologia são assuntos que ocupam uma posição secundária no país.

Para Muñoz (2002), a informação se dá de duas formas “a) en la transmisión, por medio de un mensaje, de algo que ignora el receptor; b) en la transmisión de un sistema a otro, mediante cualquier tipo de señales, de elementos para formular un juicio o llegar a la solución de un problema” (MUÑOZ, 2002: 06), contudo a primeira acepção aponta para uma ação mais restrita, porque tal informação vem limitada a notícias sobre C&T, ao passo que na segunda acepção ocorre uma ampliação e melhor adequação das informações sobre determinado tema, o que resulta num conhecimento mais estruturado e complexo. Entendo que a segunda acepção seja um exemplo pertinente acerca do termo cultura científica, ou seja, o sujeito deve não só informar-se sobre a temática política, social, cultural, esportiva, econômica etc que permeia seu cotidiano, mas encontrar meios para chegar a conclusões sobre tais temas e formular soluções para os problemas instaurados por eles.

Por fim, Hernando (2005: 19) arremata: “Tenho a impressão de que a divulgação da ciência é um dos grandes desafios do século XXI pois, se queremos realmente uma sociedade democrática, é preciso que todos entendam a ciência. Caso contrário, não alcançaremos a democracia cultural”.

Para alcançar esta democracia cultural é necessário que, pelo menos, haja a contribuição e o empenho dos estudiosos para este fim. Refletir sobre o discurso da ciência textualizado pelo discurso midiático impresso provoca muitas hipóteses e provisórias conclusões. Porém, é sabido que para um aprofundamento sobre o tema e conseqüente instauração de ações mobilizadoras que regulem seu funcionamento, é mister problematizá-lo e também colocá-lo em destaque e urgência no cenário nacional.

3 CONSTITUIÇÃO, FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO: ONDE “NASCEM”²⁷ OS DISCURSOS?

Segundo Orlandi (2001:09), “os processos de produção do discurso implicam três momentos igualmente relevantes”, o primeiro de sua constituição, o segundo de sua formulação e o terceiro de sua circulação. Com base nesta afirmação, meu olhar está focado, primordialmente, sobre a constituição e a formulação do DDC. Não esqueço, porém, que a mídia é circulação e que tal processo é complexo e intrínseco. Assim, o referencial teórico que acredito melhor direcionar a interpretação é a Análise do Discurso (AD), uma disciplina que, ao surgir na década de 60, inaugura uma maneira diferente (da praticada até então) de ler, compreender e interpretar os discursos em circulação, porque põe em evidência seu funcionamento e sua relação com o sócio-histórico, com a exterioridade. De fato, a AD inaugura gestos de leitura que tomam o sentido como “preche” de significação, e não único e escondido em algum recanto do texto. Caudatária da proposta de Pêcheux (1997), a autora reconhece que há “a inscrição da língua na história para que ela [a língua] signifique” (ORLANDI, 2001: 21) e concebe a linguagem como não transparente, e sim opaca, contudo uma opacidade que significa e que dirige o olhar do analista a um (ou muitos) pontos de equívoco, de falha. Nesta perspectiva, a linguagem falha e é justamente nesta falha (que é a não literalidade, a não transparência) que se encontra rastros do “político, do simbólico, do ideológico” (ORLANDI, 2001: 21).

Tais concepções convergem para a noção de funcionamento. A AD propõe que a linguagem seja interpretada em seu funcionamento, sempre em relação a. Desta forma, o

²⁷ Nascer aqui tem o sentido de constituir-se. Estou instaurando, a exemplo do que disse Debord na introdução, também, na sintaxe de meu discurso os efeitos metafóricos que tanto me chamam a atenção. Porém, este nascer não quer dizer origem ou centro do dizer, mas sim lugar de constituição que se realiza pela relação com outros dizeres.

sentido também deve ser compreendido em relação a, ele não está fechado e sim propenso às “intempéries” do sujeito e da história, visto que esta relação remete ao sujeito e à história.

Em confronto com as outras disciplinas, a AD promove um deslocamento teórico, porque, quando da análise dos enunciados²⁸, contempla, constitutivamente, a exterioridade. Isto significa que a análise vai além dos limites (empíricos) do texto e do contexto. Sua preocupação não se limita ao dito, mas sim sobre a relação que esse dito instaura com o não-dito, porém já-dito²⁹, contemplando as margens do texto como constitutivas do sentido. Conforme orienta Orlandi (1997:11), “[...] no discurso há sempre um discurso outro, função da relação de todo dizer com a ideologia (com a exterioridade, com o interdiscurso). O dizer, logo, nunca é só um”.

Dessa forma, a AD fornece um instrumental teórico adequado para o estudo crítico sobre a divulgação do discurso científico, considerando sua função histórico-social de comunicação, sem desconsiderar a consolidação da informação como produto de consumo dentro do capitalismo. Tal teoria permite, ainda, relacionar estes elementos (comunicação/divulgação e produto de consumo) e a função de formação de opinião pública que é constantemente atribuída ao jornal.

O berço da Análise de Discurso, na perspectiva que adoto, foi a França, numa época em que, sob a égide do Estruturalismo, principalmente o Estruturalismo consolidado pela Lingüística, diversas disciplinas como a Antropologia, a Literatura e a Psicanálise, entre outras, passaram a desenvolver-se sob o modelo inaugurado por Saussure³⁰. Gregolin (2004) comenta que:

É impossível pensar o campo dos estudos da linguagem, hoje, sem nos deslocarmos ao final dos anos 50 e olhar o desenho que se insinuou na sua

²⁸ Enunciados no sentido de Foucault (1972) que corresponde à posição que o sujeito ocupa ao enunciar.

²⁹ Para a AD as palavras são sempre já-ditas, contudo a cada vez que são (novamente) ditas os sentidos instaurados são diferentes, não havendo, portanto, enunciados idênticos.

³⁰ Lembro que Ferdinand de Saussure foi o “pai” da Lingüística Moderna (Lingüística como ciência) introduzindo as noções de *sistema* e *estrutura* como “peças” fundamentais para o estudo da língua.

visada epistemológica com a aventura “estruturalista” que reuniu personagens tão díspares como Lévi-Strauss, Dumézil, Jakobson, Althusser, Barthes, Greimas, Lacan, Foucault... Mirando a abordagem fenomenológica – na figura ícone de Sartre – como grande oponente, de cujo sistema se deveria afastar para construir a “modernidade”[...] (GREGOLIN, 2004: 19)

O Estruturalismo surgiu, então, como forma de oposição à “hegemonia filosófica da fenomenologia e do existencialismo” (GREGOLIN, 2004:33), que tinha como preocupação central, nas ciências humanas, o foco no sujeito soberano, fonte e origem do sentido. O direcionamento que Saussure deu aos estudos lingüísticos através das “dicotomias” (língua / fala, individual / universal, estático / dinâmico, sintagmático / paradigmático etc.) evidenciadas como dualidades opositivas, bem como o banimento do sujeito (psicologizante)³¹ da disciplina Lingüística, foi a base teórica nuclear que orientou o desenvolvimento dos estudos nesta época. Acrescente-se a estas idéias que havia uma vontade de verdade que só seria possível através da “neutralidade”, da isenção, da sistematicidade no trato com os dados obtidos nas pesquisas, por isso a Lingüística, considerada neste contexto como “ciência piloto”, veio ao encontro das necessidades e aspirações das referidas disciplinas.

Assim, compreendo que a Lingüística, neste momento, “era” o Estruturalismo e que o modelo de cientificidade proposto por ela pretendia não só unidade, mas também uma renovação para as pesquisas em ciências humanas; contudo, Gregolin (2004) aponta que havia a necessidade de se criar uma disciplina ainda mais generalista:

[...] o estruturalismo apresentou-se como um projeto unificador: pareceu necessário, no final dos anos 60, unificar as diversas tentativas de renovação das ciências humanas numa única corrente, senão numa única disciplina, mais geral que a lingüística – a Semiologia que, já preconizada por Saussure, poderia fornecer instrumentos teóricos para tratar de “todos os sistemas de signos no seio da vida social” e, assim atender à necessidade de renovação de várias áreas do campo das ciências humanas . (GREGOLIN, 2004: 22).

³¹ Contudo, este banimento reforçou a idéia de que existia um sujeito soberano e origem do dizer (cf. PÊCHEUX, 1997).

Outras áreas foram retomando e desenvolvendo a proposta de Saussure, num *estruturalismo cientificista* (PAVEL, 1988 apud GREGOLIN, 2004:24) que acreditava que a metodologia oferecida pela Lingüística era a mais avançada em ciências humanas.³²

Embora as contribuições de Saussure sejam imensas, quando ele opera a separação entre a língua e a fala (e esta fala concebida como assistemática e individual), promove uma abertura para a entrada do sujeito psicologizante (que mais tarde foi e continua sendo amplamente explorada por Benveniste e pela Análise de Discurso anglo-saxã). Pêcheux (1997: 71) afirma que “esta oposição autoriza a reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios colocados a sua disposição”. E é a partir da crítica ao corte saussuriano língua/fala, empreendida por Michel Pêcheux (1997) que a Análise do Discurso vai estabelecer seu objeto: o discurso.

Segundo a historiadora Denise Maldidier (1994), o surgimento da AD se dá sob uma dupla fundação, de um lado por Jean Dubois, cuja atenção se concentrava muito mais na Lingüística, com o foco no estudo dos grandes textos políticos de tradição francesa, e que desembocava numa concepção de que a AD seria uma seqüência natural da lexicologia, de outro por Michel Pêcheux, que utilizava seus conhecimentos filosóficos voltados à organização de uma teoria não-subjetiva da leitura. A consolidação da AD, no terreno francês, também se tornou possível pela divulgação dos conceitos basilares da disciplina por duas revistas científicas francesas, conforme Maldidier: “a difusão da AD beneficiou-se, evidentemente, do apoio de revistas como *Langages* e *Langue Française*, ela foi freqüentemente repassada através das relações, pode ter sido modulada por relações de reconhecimento-desconhecimento político e ideológico”. (MALDIDIER, 1994:23)

Penso na hipótese de que esta forma de difusão se toca em alguns pontos com o objeto desta pesquisa, principalmente no que tange à relação entre divulgação/banalização da ciência. Apesar dessa difusão apresentar aspectos positivos para a fundação da AD, não posso

³² Inclui-se nesta perspectiva os seguintes pesquisadores: Barthes, Greimas, Lévi-Strauss, entre outros.

deixar de pensar que ela (a difusão) também promoveu uma “migração-banalização de conceitos como os de condições de produção, mecanismo ou processo discursivo” (MALDIDIER,1994:23).

Sobre este ponto, Gregolin (2004: 11) posiciona-se criticamente quando explicita a necessidade de se realizar uma leitura da teoria do discurso na História. A reflexão é longa, porém as palavras da autora indicam um ponto nevrálgico que deve ser levado em consideração nesta pesquisa, principalmente pela relação (nem sempre tranqüila) entre o objeto de análise deste estudo, o discurso de divulgação científica, e as conseqüências causadas pela banalização de conceitos científicos, não só da área de humanas, como nas das demais:

A necessidade desse olhar para a história da teoria vem, no Brasil atualmente, mais de silêncios do que de explicitações. De um silêncio tagarela: podemos ler inúmeras formulações em trabalhos de “análise do discurso” gastas pelas repetições, transferências, banalizações que apagam suas condições de produção, que as trituram e transformam em conceitos operatórios desgrudados dos conflitos que os fizeram emergir em uma certa conjuntura teórica e política. Primeira conseqüência dessa trituração: há um esquecimento da história que leva, hoje, à aparente confusão entre propostas, à idéia que tudo e qualquer coisa que se faça é “análise do discurso”. Isso provoca uma segunda conseqüência: o aparecimento de um discurso inverso, cujo slogan é “a análise do discurso é um campo que carece de identidade”... Além dessas, há, ainda uma terceira conseqüência: a ausência de reflexão sobre a História produz demarcações territoriais que multiplicam os rótulos a partir de translações, deslocamentos, inversões, apagamentos do percurso de construção dos conceitos e de seus formuladores.(GREGOLIN, 2004: 11).

Na constituição epistemológica da AD, Henry (1997: 14) afirma que “são convocadas três regiões do conhecimento científico para sua criação: 1) o materialismo histórico, como teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia; 2) a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e 3) a teoria do discurso, como teoria de determinação histórica dos processos semânticos. As três regiões estão, todas, atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica”. O objeto teórico *discurso* nasce desta confluência e conseqüentemente, através de uma releitura de Saussure

(realizada pelo próprio Pêcheux, através da crítica ao corte saussuriano *langue/parole*), de uma releitura de Marx (realizada por Althusser, tanto em *Reler o Capital*, quanto em *Aparelhos Ideológicos do Estado*) e de uma releitura de Freud (feita por Lacan, principalmente sobre o inconsciente e o ego). É importante dizer que estes sentidos foram deslocados e ressignificados na construção de uma teoria do discurso e do sujeito, em relação ao sentido comumente associado às disciplinas das quais se originaram.

Segundo Mussalim (2004: 82) a AD, “em sua fase de constituição, tinha como pretensão pautar-se em uma certa noção de objetividade científica decorrente de sua filiação ao materialismo histórico (estruturalismo filosófico de Althusser) e a incorporação da Lingüística (estruturalismo saussureano)”, contudo com o decorrer do tempo e com as constantes retificações propostas por Pêcheux (1997) tal pretensão é abandonada. As idéias da autora (MUSSALIM: 2004) são muito pertinentes no que se refere ao percurso da AD desde sua pretensão de “objetividade científica até chegar ao terreno fluído da interpretação”³³, desta forma, em consonância com suas elocubrações, apresento um esquema que resume³⁴ as três fases da AD:

- 1.^a Fase – Construção de uma teoria do discurso pautada pela objetividade científica; análise realizada por etapas com apoio no distribucionalismo harrisiano (paráfrase/sinonímia); constituição de uma álgebra discursiva e de uma máquina discursiva; análise contrastiva;
- 2.^a Fase – A noção de máquina estrutural fechada é abandonada em favor da noção de Formação Discursiva (FOUCAULT, 1972). As FDs deveriam se definir em relação a um interno e um externo; a paráfrase é concebida numa nova perspectiva = estudo do outro no interior do mesmo; reconhecimento da

³³ MUSSALIM, Fernanda. *Análise do Discurso: da Objetividade Científica ao Terreno Fluído da Interpretação* in FERNANDES, Cleudemar Alves e SANTOS, João Bosco Cabral dos. *Análise do Discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: EntreMeios, 2004.

³⁴ Preliminarmente, apresentei esse resumo numa reunião do Grupo de Estudos de Análise do Discurso da UEM (GEDUEM), coordenado pelos professores Pedro Navarro-Barbosa e Ismara E. Vidal Tasso, para subsidiar a discussão do grupo.

alteridade, contudo a presença deste outro fica restrita ao interior da FD; procedimento analítico pouco inovador; inovação na construção dos *corpora* (deixa de ser só político). O projeto de uma constituição de uma teoria do discurso pautada pela objetividade científica ainda permanece.

- 3.^a Fase – Distanciamento da filosofia marxista com críticas a seu intuito de firmar-se como ciência régia. Proposição de um momento de reconstrução e reconfiguração de saberes; desconstrução da maquinaria discursiva; criação de um novo objeto de análise: o interdiscurso. Incorporação das seguintes noções: acontecimento, real da língua, descrição/interpretação das materialidades discursivas. A pretensão de objetividade científica é abandonada.

Após esta descrição, é imprescindível compreender que a teoria do discurso não se constituiu sem problemas, já que seu reordenamento foi constante, conforme bem aponta Gregolin (2004). Ademais, sua pretensão de objetividade científica esfacelou-se, diferentemente da posição de algumas disciplinas que ainda crêem na *essência imutável do ser*³⁵.

A partir de então, Pêcheux (1997) formula a noção de acontecimento discursivo e aponta algumas exigências para que se faça AD, tais como a observação do primado dos gestos de descrição das materialidades discursivas; da seleção de enunciados lingüisticamente descritíveis como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis oferecendo lugar à interpretação; da alternância dos momentos de descrição e interpretação (sem medo do fantasma da ciência régia); do discurso relacionado às redes de memória e dos trajetos sociais, porém admitindo-se a desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos.

Há, nestas premissas, uma nova maneira de análise. Pêcheux (1997) adota uma posição de trabalho que tenta mostrar que a AD não é um lugar teórico em que imperam

³⁵ Expressão constantemente utilizada por Silvia Vasconcelos, minha orientadora.

“interpretações sem margens”. Nessas alturas, seu objetivo era assumir uma posição de trabalho em que houvesse a possibilidade de detectar, por meio de descrições regulares de montagens discursivas, os momentos de interpretação em relação aos de descrição (batimento). Pêcheux (1997) tenta, portanto, responder às críticas que a AD sempre recebeu (e ainda recebe) “de que tudo e qualquer coisa que se faça é *análise do discurso*.” (GREGOLIN, 2004: 11)

3.1 CONSTITUIÇÃO/FORMULAÇÃO/INTERDISCURSO/INTRADISCURSO:

PARÁFRASES EM CENA

*[...] Não sou digno, eu sei, de transcendência,
e há rios no atlas que fluem contra o oceano, voltam
ao fio d'água, explicam-se pelo arrependimento.
Compreendo. São o avesso do rio.
Mas a vida não é o avesso da vida. É o avesso
absoluto se tentamos codificá-la.[...]*

Carlos Drummond de Andrade

O conceito de interdiscurso é elementar para este processo de reflexão porque ele é utilizado na tentativa de mostrar como os discursos se entrelaçam, se repetem, se interpelam enquanto materialidade discursiva. Para Gregolin (2003: 50) “o interdiscurso é uma região de encontros e de confrontos de sentidos”, assim os textos aqui analisados e veiculados pelo suporte revista são vistos como “lugar” em que tais encontros e confrontos se dão. Tomo, para os objetivos deste estudo, a noção de interdiscurso complementada pela de memória discursiva, isto é, aquela que constrói um percurso pela memória histórica (memória entendida aqui como não-psicológica), e sim presumida pelo *enunciado enquanto inscrito na história* (MAINGUENEAU, 1993). Na análise da revista *SAÚDE!* que tem tiragem mensal e traz notícias, reportagens e informações que se relacionam, tanto à saúde física, quanto à psíquica, selecionei a reportagem *Fé e atitudes positivas podem curar, acredite!* (*SAÚDE*, novembro de 2003, p. 32-39)³⁶ para poder refletir sobre os sentidos inscritos na memória discursiva/interdiscurso dos sujeitos. Desde o título, a matéria já empreende um percurso pela memória discursiva, um retorno ao saber religioso em relação ao saber popular, pois ao tomar o enunciado *fé e atitudes positivas*, percebem-se paráfrases da máxima bíblica: *a fé remove*

³⁶ Anexo 1, p. 106.

montanhas, ou do ditado popular: *é preciso ter fé e pensamento positivo* face às adversidades da vida. Ambos enunciados encontram-se emaranhados no interdiscurso, remetendo a, pelo menos, duas formações discursivas³⁷: a religiosa (dogmática, doutrinária) e a de senso comum (que pode ter sido atravessada pelo discurso da psicologia/atitude ou, ainda, cristalizado no discurso de auto-ajuda) para tornar-se um ditado popular. Nestas condições, o sujeito-jornalista instaura um efeito de projeção do “eu” leitor para angariar sua simpatia (ratificando o objetivo de mercado), apontando uma proximidade entre a temática abordada pela revista e a vida das pessoas. Esta estratégia (aproximação da temática com o cotidiano) é utilizada com o objetivo de venda de um maior número de exemplares da revista, pois não se deve esquecer de que, entre outros, o principal objetivo da mídia é o lucro.

O texto é construído com muitos depoimentos de pessoas que passaram por dificuldades, tanto físicas quanto psíquicas e que com *fé* e *atitude positiva* conseguiram superar os obstáculos e reverter quadros complicadíssimos de doenças. Além do testemunho das pessoas “comuns”, os depoimentos trazem diversas vozes autorizadas (médicos, psicólogos, psiquiatras...) que legitimam as idéias arroladas pela reportagem.

A construção do texto obedece à seguinte seqüência:

→ **depoimento da pessoa que teve a doença** → **comentário do sujeito-jornalista** → **citação de autoridade da comunidade científica**³⁸.

³⁷ O conceito de Formação Discursiva pauta-se pela manifestação, no discurso, de uma determinada formação ideológica em uma situação de enunciação específica. A FD é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito (Courtine, 1994), funcionando como lugar de articulação entre língua e discurso. Uma FD é definida a partir de seu interdiscurso e, entre formações discursivas distintas, podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança. Esta noção de FD deriva do conceito instaurado por Foulcault (1972) que diz que sempre que se puder definir, entre um certo número de enunciados, uma regularidade, se estará diante de uma formação discursiva. Na AD este conceito é reformulado e aparece associado à noção de formação imaginária e ideologia.

³⁸ É freqüente no DDC, através do discurso relatado, seja em discurso direto ou discurso indireto, a remissão a uma voz autorizada. Suponho, pelo menos, dois motivos para este acontecimento: o primeiro para instaurar um efeito de objetividade, pois foi um especialista (ser empírico, formado pela universidade e legitimado pela sociedade, com nome e endereço) quem apresenta a idéia ou conceito, o segundo, decorrente do primeiro, para promover um efeito de neutralidade: quem disse foi o especialista, portanto a revista não se responsabiliza pelo dizer, somente faz sua função de retratar a realidade, de registrar e informar o fato de maneira isenta.

Vislumbra-se, através das citações realizadas, uma necessidade de reforço das idéias defendidas pelo sujeito-jornalista como forma de se construir um discurso fundamentado e, portanto, verdadeiro, digno de credibilidade. Há, evidentemente, uma tentativa de construção de uma imagem de responsabilidade, seriedade e idoneidade que a revista quer mostrar para seus leitores.

A reportagem dedica-se, nas primeiras páginas, a introduzir o assunto, que é organizado de acordo com o esquema jornalístico da pirâmide invertida³⁹, bem diferente da organização do texto científico que primeiro descreve os procedimentos para depois dar os resultados. Nas demais páginas coexistem texto e imagens (fotografias) de pessoas que deram os depoimentos, bem como imagens de artefatos religiosos e gestos de meditação. Tais imagens também remetem ao interdiscurso, pois presentificam na memória do leitor ícones que já povoam o *universo discursivo* (MAINGUENEAU, 1993) há longo tempo.

Retomando Orlandi (2001) acerca da constituição e formulação dos sentidos, há uma relação entre o interdiscurso e o processo de constituição dos sentidos e o intradiscurso ao processo de formulação do dizer. Assim, penso que a terminologia interdiscurso pode ser a paráfrase de constituição de sentidos, enquanto intradiscurso é a paráfrase de formulação do dizer. Orlandi (1996: 106) coloca, ainda, que há duas instâncias de constituição do discurso: o contexto de situação em sentido estrito (circunstância da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico). Desta forma, há relação, também, entre interdiscurso e enunciado e intradiscurso e enunciação. Em nível de enunciação/formulação, na análise da expressão *corrente sangüínea*, percebo que ela é uma das mais utilizadas no DDC, constituindo-se como uma metáfora morta⁴⁰ principalmente no discurso da medicina e da biologia. Entretanto, a expressão aponta para o balanço, as

³⁹ Pirâmide invertida é uma técnica jornalística que consiste em apresentar os resultados ou fatos mais importantes para a empresa jornalística em primeiro lugar, para secundariamente detalhar a ação e explicar os procedimentos utilizados.

⁴⁰ Metáforas mortas, segundo Lakoff & Johnson (2002) são aquelas que, pelo excesso de uso, incorporam o sentido “literal” (que é o que tento desconstruir aqui) e quase nem se percebe. Por exemplo: *boca da garrafa*.

ondulações do rio ou do mar construindo uma imagem que remete também à noção de volume e força da água e promove por relação interdiscursiva (enunciado/constituição), a instauração do efeito de sentido de que o sangue, por apresentar um notável volume dentro do corpo humano, também corre nas veias através da correnteza. Esta ocorrência aponta para a noção de vitalidade que vem atrelada à força do corpo humano. Lembra, também, as expressões “corrente de fé” e “não quebre essa corrente”, instaurando efeitos de ligação, aliança e, portanto, fortaleza. A palavra corrente (de correnteza, força) evoca, já em sua formulação (intradiscurso), as imagens e sentidos *esquecidos* e ressignificados no interdiscurso.

Para efeito de análise intradiscursiva, o estudo sobre a metáfora oferece pistas para se compreender melhor as questões levantadas, pois os efeitos de sentido se materializam através da análise das marcas lingüísticas que o sujeito, enquanto autor, deixa no fio do discurso, seja conscientemente: organizando, selecionando, agrupando (FOUCAULT, 1996) as idéias e conceitos, seja inconscientemente, numa remissão a um já-dito, a uma memória discursiva que é dispersa, contudo significativa quando organizada para determinado fim.

3.2 METÁFORA E DISCURSO: REMINISCÊNCIAS E DESAFIOS

[...] Deixe a **meta** do poeta, não discuta,
 Deixe a sua **meta** fora da disputa,
Meta dentro e fora, **lata** absoluta,
 Deixe-a simplesmente **metáfora**.

Gilberto Gil

Os termos metafóricos vêm sendo investigados, desde a época de Aristóteles⁴¹, quando eram mais conhecidos como figuras de pensamento. Segundo Gurgel & Vereza (1996):

[...] a metáfora, como todas as outras figuras, seria um recurso lingüístico com motivação fundamentalmente poética ou retórica. A partir do uso de um determinado tropo, um sentido literal seria ‘desviado’ através de palavras, imagens, frases ou expressões para que um determinado significado fosse alcançado. (GURGEL & VEREZA, 1996:02)

Contudo, a partir dos estudos de Lakoff & Johnson (2002), a metáfora deixou de ser vista como figura de pensamento ou recurso poético e passou a explicar questões que se relacionam com a estrutura linguagem/pensamento. Estes pesquisadores criaram a metáfora conceitual e suas variantes: metáfora orientacional, metáfora ontológica, metáfora “container”, que hoje é a base teórica para as análises de muitos estudiosos. Nesta visão, a metáfora funciona desencadeando uma superposição de uma determinada área ou domínio conceitual sobre uma outra, por desempenho cognitivo do indivíduo que estabelece relações entre seu próprio corpo e os conceitos metafóricos que elabora.

Em seu livro *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*, Coracini (1991) num estudo realizado sobre os relatos científicos primários, num capítulo destinado à abordagem da metáfora, descreve várias teorias que remontam a Aristóteles apontando suas

⁴¹ É imprescindível ressaltar ainda a importância dos estudos aristotélicos para os dias de hoje.

limitações. Inicialmente ela destaca o método comparatista ou de substituição que se limita a descrever a metáfora com “ideais de objetividade e rigor formal” (p. 136), apontando para a dicotomia literal/figurado e para o preenchimento de lacunas semânticas por não haver termos adequados a uma nova situação.

Em seguida, a autora explica o método interativo que supõe “uma semântica subjetiva que extrapola o âmbito puramente lingüístico e busca compreender as origens do fenômeno metafórico nos seres (enunciador, enunciatário, ideologia cultural subjacente)” (idem p.136), e conclui que, enquanto no modelo comparatista ou de substituição há uma tendência ao estruturalismo, ao formal, no modelo interativo há uma tendência em se buscar no limite textual as escolhas feitas pelo locutor culminando numa abordagem interativa.

Por fim, Coracini (1991) aborda o método conceitual e acrescenta outras reflexões acerca dele. Na interpretação que a autora faz da teoria desenvolvida pelos estudiosos Lakoff & Johnson (2002), este método se caracteriza por apresentar a metáfora como: a) um procedimento de raciocínio, pois o sistema conceitual ordinário (pensamento e ação) é metafórico por natureza; b) preexistente à expressão lingüística; c) as metáforas lingüísticas só existem porque há metáforas no sistema conceitual humano. Para a estudiosa (1991), contudo, as expressões metafóricas funcionam relacionadas ao aspecto sócio-histórico da humanidade, incluindo também aspectos culturais e não somente cognitivos, pois “[...] os conceitos metafóricos estão de tal modo arraigados a nossa cultura que estruturam nossas atividades diárias e científicas de modo imperceptível e inconsciente, são, aliás, constitutivas da forma de pensar e agir de uma época”. (CORACINI, 1991:137).

Portanto, diferentemente das considerações arroladas por Lakoff & Johnson (2002) sobre a idéia de que a metáfora funciona, na linguagem, sempre em relação ao conhecimento do indivíduo (conforme proposta do método conceitual)⁴², concordo com Coracini (1991) que

⁴² Lakoff & Johnson (2002) adotam uma posição filosófica centrada na essência imutável do ser, no sujeito psicologizante (noção que a AD não reconhece). No entanto, apresentam alguns deslocamentos que podemos

a entende, constitutivamente em relação à exterioridade, o que me conduz, inevitavelmente, a pensá-la como efeito de sentido instaurado através da posição (social, cultural, histórica) do sujeito enquanto enuncia, e mais ainda, sempre relacionada à ideologia, à memória discursiva, à rede de sentidos tecida pelo interdiscurso.

Num enunciado como: *o poder de fogo das células de defesa cai por terra, num efeito dominó (SAÚDE!, novembro de 2003, p. 32-39)*⁴³; *poder de fogo* coloca o corpo humano relacionado a um campo de batalhas. Há toda uma remissão a elementos próprios da guerra, luta e resistência que adiantam e apontam os sentidos a serem instaurados na leitura, ou seja, as células humanas travam uma luta em seu território (o corpo), nesta luta existem as que atacam, as que defendem, as fortes, as fracas... É uma ação bélica que acontece no corpo enquanto ele luta para manter-se saudável. Os vírus e bactérias, por exemplo, pertencem ao exército inimigo, as enzimas podem ser as heroínas... os órgãos vitais são constantemente bombardeados...então são os alvos, os Q.G. (quartéis gerais). Ao propor uma maneira sócio-histórica de compreender a metáfora, ao relacioná-la ao interdiscurso e às formações discursivas, promove-se uma resignificação do conceito de corpo humano numa remissão às imagens de guerra, constantemente presentificadas pela mídia (conseqüentemente em forma de espetáculo, conforme já abordado neste trabalho). O que se percebe, também, é que ao instaurar um discurso bélico tão intenso, fruto de uma cultura ocidental que valoriza o *ataque ao inimigo*, promove-se um apagamento do discurso de prevenção, cultuado pela filosofia oriental, que busca o equilíbrio corporal através da disciplina alimentar e espiritual como formas de prevenir as doenças. E é o jogo metafórico que apaga tal discurso em detrimento da espetacularização do discurso guerreiro.

Ao analisar a seqüência deste mesmo enunciado, a expressão *cai por terra, num efeito dominó* provoca no leitor a imagem de um grande tabuleiro de xadrez, principalmente

aproveitar como: quase tudo o que dizemos é metafórico, portanto não há o literal; esta noção (da negação da literalidade) se aproxima de algumas idéias da AD como a opacidade da linguagem e a não-evidência do sentido.

⁴³ Anexo 1.

no momento do xeque-mate, ou ainda, quando da brincadeira com as peças do dominó em que, organizadas em fila próximas umas das outras, se empurra a primeira peça que, conseqüentemente, toca a segunda e progressivamente vão caindo uma atrás das outras as peças subseqüentes. Há, também, uma remissão a uma tomada de posição (hierarquização de poderes) que já vem preestabelecida: o rei do xadrez *cai por terra* no momento do xeque-mate. As peças do dominó também *caem por terra* e, tanto a formulação deste enunciado, quanto a do enunciado *efeito dominó* materializam a noção de que as células de defesa podem se tornar frágeis. São os saberes culturais, históricos e sociais que a metáfora evoca sobre as regras dos jogos de xadrez e de dominó que vão ressignificar o enunciado.

Nesta visada, a noção de metáfora como *transferência*, tal como proposta por Pêcheux (1997) e Orlandi (2001), é de capital importância, pois acredito que ela pode evocar imagens e conceitos inscritos na memória discursiva e remetê-las na forma de *discursos transversos* (PÊCHEUX, 1997) ao interdiscurso. Orlandi (2001: 44) retomando Lacan (1966) define a metáfora “como a tomada de uma palavra por outra. Na análise de discurso, ela significa basicamente ‘transferência’, o modo como as palavras significam”. Estabelece, a partir desta noção, *que não há sentido sem metáfora*, e engendra uma argumentação que busca em Pêcheux (1997) seu fundamento:

[...] o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metaphora), que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido. Ainda segundo este autor, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (ORLANDI, 2001: 44)

Há a percepção, diante disto, que, de fato, a linguagem é permeada por metáforas ou efeitos metafóricos que são, muitas vezes, utilizados inconscientemente. Ademais, a metáfora concebida a partir deste deslocamento ressignifica as palavras para além

da dicotomia literal/não-literal e amplia, consideravelmente, a concepção de linguagem e de sentido. De acordo com os autores, é através da *transferência* (metáfora) de sentidos de uma palavra que percebemos a não-evidência, a não-literalidade desses sentidos. Estas suposições indicam que a construção do DDC (e segundo Coracini (1991), também a do discurso científico) é fortemente atravessada por esta não-literalidade, por esta não-evidência. A noção de metáfora abrange, portanto, uma gama muito maior do que a mera construção de significados relacionados ao pensamento/cognição (conf. Lakoff & Johnson) e é mais abrangente, também, do que somente a remissão a determinadas FDs (conf. segunda fase da AD). Ela promove um constante movimento de ir e vir para o exterior constitutivo da linguagem, realizando o que para Pêcheux é um ponto de honra a ser defendido sempre, a idéia de que a AD não é só um imenso e profundo rio sem margens, mas é sim um imenso e profundo rio com pontos de ancoragem ou deriva delineados pelo olhar sutil de quem se propõe a navegar por ele.

4 ESPETACULARIZAÇÃO: SIMULANDO A SOCIEDADE ATRAVÉS DA METÁFORA

*Eles querem te vender, eles querem te comprar
querem te matar (de rir), querem te fazer chorar
quem são eles?*

quem eles pensam que são?

*Eles querem te vender, eles querem te comprar
querem te matar (a sede)... eles querem te sedar
quem são eles?*

quem eles pensam que são?

Vender...comprar...vedar os olhos

jogar a rede...contra a parede

querem te deixar com sede

não querem te deixar pensar

Quem são eles?

quem eles pensam que são?

Engenheiros do Hawaii

Analiso uma reportagem, cujo título é “Ostra, uma pérola à mesa”⁴⁴ que fala sobre as propriedades nutricionais, produção, consumo e locais em que, tradicionalmente, as ostras são cultivadas, seja para fins comerciais ou não. Ela aborda, também, a possibilidade, não comprovada cientificamente, de que o molusco seja afrodisíaco. Um texto com a biografia de Casanova, num box informativo, amplia as informações sobre o assunto. Há também várias notas complementares sobre as espécies de ostras e os lugares dos quais cada espécie provém, bem como seus tamanhos e índices nutricionais (inclusive, numa tabela, há a comparação entre os nutrientes de ostras cruas e cozidas). Uma receita de “Risoto de Ostras” finaliza a reportagem.

Ao observar as marcas intradiscursivas existentes no texto, preferencialmente, conforme já apontei, na análise da metáfora e na instauração dos efeitos de sentido realizados

⁴⁴ Anexo 2.

através dela, pode-se compreender uma série de palavras que transferem, que deslocam seu sentido habitual fazendo ecoar outros sentidos na memória discursiva dos leitores. Esta é a relação proposta por Pêcheux (1997) quando fala do interdiscurso, enquanto eixo da constituição dos sentidos, e do intradiscurso, enquanto formulação deles.

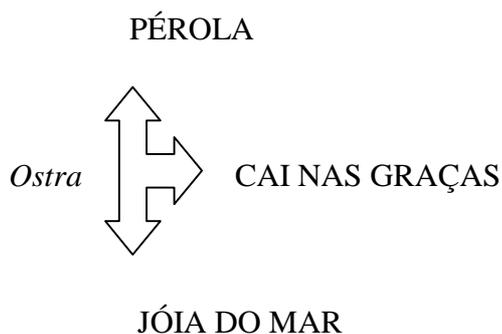
Por exemplo, ao analisar o recorte abaixo, que tem no título e no “olho” da reportagem⁴⁵ as seguintes ocorrências metafóricas, pode-se compreender uma série de efeitos que são evocados pelo interdiscurso:

“ Ostra, uma PÉROLA à mesa

Você que se deleita com a iguaria pode comemorar: cada vez mais ela CAI NAS GRAÇAS de quem entende de nutrição. Todos estão redescobrimo o valor dessa JÓIA DO MAR.”

SAÚDE. *Ostra, uma pérola à mesa*. São Paulo: Abril, fev. 2004, n.º 245 – pp. 24-27.

Chamo a atenção para o esquema abaixo:



A palavra *ostra* instaura uma série de efeitos de sentidos que remetem a diversas características e propriedades do molusco, como, por exemplo, em uma PÉROLA; ao mesmo tempo em que a palavra pérola funciona como substantivo, se instaura um efeito de sentido que remete à adjetivação, ou seja, há uma remissão às características e as propriedades

⁴⁵ Tentei reproduzir a disposição gráfica do texto com o título acima e o lead um pouco mais abaixo; opto por letras maiúsculas para melhor visualizar as metáforas a que me reporto durante a análise.

nutricionais da ostra que se relaciona, por comparação e mergulhada na memória discursiva, às características da pérola, pois enquanto a ostra possui alto teor de nutrientes, a pérola é extremamente bela, muitas vezes perfeita. Este efeito-metafórico se inscreve no interdiscurso ao remeter à relação biológica existente entre a ostra e a pérola, visto que a primeira torna-se pérola através da quantidade de cálcio a que fica exposta no mar. Não se pode esquecer, também, de que há o valor sócio-cultural de jóia, de pedra preciosa atribuído à ostra. Dito de outro modo, existe a possibilidade de uma ostra produzir e abrigar uma pérola e esta possibilidade está latente na memória discursiva da sociedade, o que faz a relação ostra-pérola significar metaforicamente, pois ao pensar em ostras, inevitavelmente se pensa em pérolas e vice-versa.

Na seqüência, além da relação ostra-pérola, o molusco é designado como JÓIA DO MAR. Neste ponto, instaura-se um efeito-metafórico que desloca o sentido de valor, comumente associado à jóia (não só nutricional, mas também comercial). Poder-se-ia dizer que a ostra é jóia porque é nutritiva, ou é jóia porque é bela, mas também poder-se-ia dizer que ela é jóia porque é um ingrediente caro utilizado na culinária. Desta maneira, além de jóia poder ser entendida como objeto confeccionado a partir de metal precioso por um joalheiro, e que portanto, a priori instaura o sentido de valor comercial de um bem, também remete ao valor (relativamente alto, caro) que um prato de ostras custa em um restaurante da região a partir da qual enuncia o jornalista. Constitui-se, a partir desta idéia, no discurso, uma rede de significados que aponta para a instauração de efeitos de sentido que soam um tanto quanto capitalistas, pois:

- a) Num quadro paralelo à reportagem há a sugestão de uma receita culinária que tem como ingrediente, além das ostras, o champagne (produto que não é muito acessível, porque não é barato) consumido, pelo menos aqui no Brasil, somente em datas especiais (aniversários, casamentos etc) ou nas festas de fim-de-ano;

- b) É citado o nome de um restaurante que fica num bairro nobre da cidade de São Paulo: o Morumbi. Esta ocorrência remete à idéia de que ostras são servidas em restaurantes (construídos em bairros nobres, de classe “alta”) que cobram um valor elevado por seus pratos, um valor acima da média do que a maioria das pessoas, ditas pobres, tem condição de pagar. Não é todo mundo que “pode” entrar num restaurante deste tipo e pedir um prato de ostras (fresquíssimas, vivíssimas) de acordo com o sugerido pelo sujeito-jornalista. É uma elite que mora e freqüenta este bairro, aos humanos normais não é dado o privilégio de circular e freqüentar estes lugares;
- c) A reportagem fala em restaurantes com “maître”. Pois bem, em restaurantes populares não se vê tal personagem. A palavra maître, que se originou no francês, sugere a existência de elegância, glamour e pompa exageradas. Relaciona-se, também, à existência de grandes “chefs de cozinhas” internacionais, muito bem remunerados pelo alto preço, por exemplo, dos pratos em que as ostras são os ingredientes principais.
- d) Finalmente, na reportagem há a alusão (num box à parte) a Casanova, personagem da nobreza européia que encarna o clássico *bom vivant* e que remete, via interdiscurso, a uma organização da sociedade pautada nos moldes aristocráticos e, portanto, com alto poder de compra.

Há, também, um efeito de sentido que aponta para o alto índice nutritivo que o molusco contém. É por isto que em ela CAI NAS GRAÇAS se observa, desta vez ancorada no verbo “cair”, um efeito de sentido, instaurado via metáfora, que deslocado de seu significado instituído pela norma gramatical (pendar, descer, tombar), já se cristalizou no ditado popular “cair nas graças” (agradar alguém) que remete a um sentido positivo fortemente marcado no interdiscurso. Desta forma, em “ela CAI NAS GRAÇAS de quem entende de nutrição”

significa, nestas condições, que as ostras agradam tanto por causa de seu sabor (o que não é consenso), mas, muito mais por causa de seu teor nutricional.

Estas ocorrências desencadeiam hipóteses interessantes, pois o sujeito-jornalista constrói o texto embasado num imaginário sobre o molusco que pode ser parafraseado da seguinte forma:

- A OSTRAS É CARA, MAS TEM UM ALTO TEOR NUTRICIONAL, POR ISSO É NECESSÁRIO CONSUMI-LA.

A partir desta paráfrase, percebe-se que se constitui, na forma de espetacularização⁴⁶ da informação textualizada pelo sujeito-jornalista, o simulacro de uma sociedade homogênea e paritária, pois vislumbra-se em seu discurso uma insistência no consumo do molusco, o que reforça a idéia de que a revista informa sobre assuntos que vão contribuir para a melhoria da vida do cidadão, no entanto, tal sujeito não demonstra uma percepção crítica da sociedade, principalmente no que tange à sua (da sociedade) divisão desigual e injusta.

Outras ocorrências pinçadas da reportagem instauram uma cadeia de efeitos-metafóricos, como por exemplo:

“Há séculos a ostra CARREGA A FAMA de ser afrodisíaca e, cá entre nós, não existe notícia de nenhum efeito comprovado sobre a libido. Mas, se não ACENDE A PAIXÃO, ao menos ALEGRA O PEITO: ela contém ômega-3, aquela FESTEJADA SUBSTÂNCIA da família das gorduras que fazem bem ao coração. Isso é 100% garantido por um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina. Quer mais? o molusco ESBANJA MINERAIS importantes, como o zinco, o cobre e o ferro. Isso sem falar nas boas quantidades de proteínas. E, só para DEIXAR os gordinhos COM ÁGUA NA BOCA, tem pouquíssimas calorias.”

SAÚDE. *Ostra, uma pérola à mesa*. São Paulo: Abril, fev. 2004, n.º 245 – pp. 24-27

⁴⁶ Seria interessante comparar o funcionamento discursivo dessas matérias ou reportagens apresentadas pela SAÚDE! e pela Vida e Saúde, revista mensal da sociedade adventista, uma vez que a linguagem da segunda é mais contida, menos espetacularizante.

Em CARREGA A FAMA, ACENDE A PAIXÃO, ALEGRA O PEITO E ESBANJA MINERAIS, há, certamente, uma ancoragem nos verbos carregar, acender, alegrar e esbanjar, pois é através deles que ocorre a transferência (metáfora) de sentidos e se instaura um efeito-metafórico que, por um deslize de significado, aponta outros sentidos para a mesma palavra ou proposição (PÊCHEUX, 1997). Fama e paixão, categorizações tidas como formas abstratas, não apresentam materialidade física que lhes possibilitem ser carregadas ou acesas conforme apontam os verbos. Já peito (que funciona também como metonímia aqui) e minerais, mesmo apresentando, de acordo com os padrões ocidentais, materialidade física são categorias que não são acompanhadas de tais verbos. Contudo, o sujeito-jornalista que *textualiza*⁴⁷ ciência utiliza-se de construções metafóricas como essas para, diria, amenizar a densidade do DC e *facilitar* ou *aproximar* dos leitores comuns⁴⁸ estes, ditos, densos assuntos.

Ao selecionar, por exemplo, a expressão CARREGAR A FAMA ao invés da expressão “possuir/ter a fama” compreendo que o sujeito-jornalista pode ter buscado no interdiscurso o ditado “quem tem fama deita na cama”, pois a seqüência do enunciado, que aponta para a falta de comprovação científica sobre a ostra ser afrodisíaca ou não, conduz muito bem a este itinerário. Se não há comprovação científica de que o molusco seja mesmo afrodisíaco, mas também não há refutação, e se a ostra CARREGA A FAMA de sê-la, notadamente, pode-se parafrasear esta afirmação da seguinte maneira:

- NÃO SABEMOS SE A OSTRA É AFRODISÍACA OU NÃO, MAS ENQUANTO NÃO PROVAREM O CONTRÁRIO, ELA DESFRUTA DA FAMA QUE LHE É ATRIBUÍDA, QUE É A DE SER.

É por isso que ela (a ostra) ainda CARREGA A FAMA, porque o verbo carregar, nesta formação, não instaura um efeito tão definitivo, tão direto como possuir ou ter. Quem carrega, a qualquer momento também pode parar de carregar, levar, transportar a fama, pois é

⁴⁷ Conforme Orlandi (2001) explicitada no capítulo sobre DDC.

⁴⁸ Estou utilizando o termo leitor comum para designar o leitor que não é especializado em assuntos científicos.

só algum estudo científico indicar que a ostra não tem a propriedade de estimular a libido e as hipóteses sobre sua fama de ser afrodisíaca se desvanecerão.

Em ACENDER A PAIXÃO que estende a idéia sobre ser afrodisíaca ou não, pode-se dizer que a expressão é completamente metafórica, principalmente porque instaura um efeito de sentido que poderia ter sido textualizado no DC por: “estimula a libido”. Contudo, compreendo que, quando o sujeito-jornalista utiliza a primeira expressão (acende a paixão) e remete ao interdiscurso que ecoa numa paráfrase do tipo: “a paixão é quente” ou “o amor pega fogo”, inevitavelmente promove-se um acesso muito mais rápido (por já ser comum à maioria das pessoas), ao sentido da proposição do que simplesmente dizer “Mas, se não estimula a libido [...]”, que é uma forma específica e usual do DC.

Na metáfora/metonímia (pois utiliza a parte peito, pelo coração e pelo todo corpo)⁴⁹ ALEGRA O PEITO percebe-se, que é uma maneira de referir-se ao efeito benéfico que o ômega-3 traz ao coração, órgão vital, aqui metonimizado por peito. No entanto, ainda penso que ALEGRA O PEITO seja uma extensão dos sentidos instaurados nas duas primeiras seqüências analisadas CARREGA A FAMA e ACENDE A PAIXÃO, pois esta trilogia presta-se a reafirmar um sentido que, mesmo não comprovado cientificamente (ser afrodisíaco), envolve e direciona a interpretação do leitor, principalmente pela insistência no retorno das figuras: fama, paixão, quente, alegre, peito/coração. Embora não possa provar (e quem poderia?), o sujeito-jornalista tenta simular um efeito de verdade no que concerne ao fato de a ostra ser afrodisíaca, pois, pelo contrário, não haveria tanta insistência nestas proposições.

No recorte FESTEJADA SUBSTÂNCIA, que se refere a ômega-3, instaura-se um sentido de designação adjetivada, se assim posso formular, pois festejada enquanto adjetivo caracteriza o substantivo substância; considero que há, também, um efeito-metafórico

⁴⁹ Lembro que a metonímia não configura como categoria desta análise, contudo por ser um exemplo tão gritante não consegui deixar de mencioná-la.

realizado pelo adjetivo “festejada”: derivada de festa, pois ele desloca seu sentido habitual que é de comemoração, regozijo, geralmente realizada por pessoas, e a transfere para uma substância. Contudo, o efeito esperado é o de que o leitor, ao deparar-se com o enunciado FESTEJADA SUBSTÂNCIA, perceba que se trata de uma substância digna de comemoração, pois é muito benéfica ao ser humano, e quando suas propriedades foram descobertas pelos cientistas, o fato foi digno de comemoração e regozijo na comunidade científica.

No enunciado ESBANJA MINERAIS, que pelo verbo esbanjar aponta para o excesso, instaura-se um efeito de sentido que remete a “esbanjando saúde” ou “esbanjando dinheiro” e que, pelo direcionamento ideológico perceptível até agora no texto, completa um ciclo de efeitos-metafóricos que remetem a esta noção de exagero, glamour, pompa, consumo desenfreado.

Encerrando, o clássico DEIXAR COM ÁGUA NA BOCA, expressão mais do que cristalizada no vocabulário popular brasileiro e que lembra a imagem da salivação, da vontade de comer ou beber alguma coisa que se apresenta bela ou com cheiro bom (no melhor estilo dos programas culinários de TV), se vê que o efeito de sentido instaura a sinestesia (categoria muito encontrada no discurso poético), evocando o cheiro e o gosto da comida, que funcionam como elos entre o termo metaforizado, pela sensação de ter água na boca, e o incentivo ao consumo das ostras. Nesta direção, podem-se apontar, também, remissões ao prazer instintivo de comer, à satisfação de necessidades básicas do ser humano.

Uma ocorrência, contudo, me chamou a atenção: a referência aos gordinhos (o sufixo “inho” me parece um tanto pejorativo-afetuoso, mas mais pejorativo do que afetivo, talvez irônico!) ficarem com água na boca, pois se percebe um imaginário sobre obesidade calcada no senso comum de que todo “gordinho” (atentemos para o determinativo “os”) é guloso e por qualquer prato fica com vontade incontrolável de comer e que, portanto, as ostras seriam um bom alimento por não conterem muitas calorias. Ademais, tal concepção silencia o fato de que há gordos que são gordos, também, por outros motivos, não só pelo fato de comer em

demasia. Neste caso, supomos que na concepção do sujeito jornalista, os gordinhos ficam com água na boca, porque: a) já são gulosos mesmo; b) não enjoitam nenhuma comida e c) podem comer sem continuar engordando. Contudo, tal imaginário, calcado num modelo atual de sociedade, silencia o modelo de sociedade da era medieval, por exemplo, em que os excessos da nobreza não eram condenados, ou da idade média em que as musas de artistas como Boticelli não eram as modelos “pele e osso” que são hoje, mas sim, mulheres de formas arredondadas e fartas.

Outras metáforas são perceptíveis na reportagem, porém com aspectos e efeitos semelhantes aos analisados até aqui, por isso não as selecionei para este estudo.

Por fim, na produção da reportagem, que por sinal apresenta uma fotografia muito bem elaborada com imagens de ostras abertas e fechadas nas cores brancas e pretas, fotografadas num tamanho maior que o natural e dispostas sobre um fundo azul-mar, retoma a idéia de que há um tom um tanto quanto direcionado ao consumo, pois em várias ocasiões os aspectos nutricionais das ostras são evocados para ratificar a *necessidade*⁵⁰ de consumi-las. O que mais me chamou a atenção, contudo, foi a forma como o sujeito-jornalista simula esta *necessidade*, naturalizando uma frequência a restaurantes que servem a iguaria, como se todos (todos!!!) tivessem acesso e poder aquisitivo suficiente para frequentar tais lugares. Como exemplo, analiso o seguinte recorte:

“Não se acanhe. No restaurante, pergunte ao maître a procedência do molusco. E, antes de comer, olho vivo nos detalhes [...] Muitos gourmets defendem que elas devem ser saboreadas cruas, temperadas apenas com algumas gotas de limão – vá lá, talvez com pitadas de sal. [...] O delicioso risoto criado pelo chef catarinense Júnior Schmitz, do restaurante paulistano Casa da Fazenda do Morumbi, é um ótimo exemplo dessa linha de pensamento (*veja receita à esquerda*).”

SAÚDE. *Ostra, uma pérola à mesa*. São Paulo: Abril, fev. 2004, n.º 245 – pp. 24-27.

⁵⁰ Utilizo o termo *necessidade* grafado em itálico num sentido irônico, pois estou me referindo a um tipo determinado de necessidade, que é o do sistema capitalista.

Em primeiro lugar imagine a cena, pois muito bem, a pessoa chega ao restaurante e pergunta ao maître a procedência do molusco, aí o maître responde, por exemplo e para exagerar (uma suposição) é da Conchinchina... E daí, o que fazer? Quer dizer que, se o cidadão não conhecer a procedência do molusco, ele vai sair do restaurante (com fome!!!) e vai embora? Ou será que ele vai ouvir o maître mentir (quem sabe?) sobre tal procedência e vai comer à vontade? O sujeito jornalista projeta paralelamente a este conselho (dica), uma imagem talvez estereotipada e ingênua, acerca dos leitores de sua revista.

É impressionante, também, como o efeito de sentido instaurado nesta seqüência deixa entrever uma concepção de mundo relegada ao consumismo e principalmente direcionada aos grandes centros urbanos (como se todos soubessem, por exemplo, o que significa maître) e deixando de lado o fato das ostras serem produzidas e também consumidas por pescadores e suas famílias que vivem em aldeias nas regiões litorâneas (e nunca entraram num restaurante, especificamente francês, que tem maître) e que dependem do cultivo destes moluscos para sua subsistência. Parece que, no imaginário do sujeito-jornalista, ir a um restaurante de luxo (no Morumbi) em que ostras fazem parte de um cardápio exótico é um fato natural, embora se saiba que o cultivo e a produção do molusco envolve muito mais do que receitas originais e pratos caros e que nem sempre o lucro do pescador se compara ao lucro dos restaurantes. Bem se vê, nesta ocorrência, a espetacularização⁵¹ da notícia⁵² e a tentativa de simulação de uma sociedade homogênea e singular em que *todos* têm acesso, saber e poder a tudo e sobre tudo. Porém, os deslizes no fio do discurso possibilita uma outra leitura do que poderia ser somente a leitura sobre o “mundo espetacular das ostras”.

⁵¹ Conforme Debord (2001).

⁵² Notícia aqui entendida de forma mais ampla como informação, seja numa reportagem, numa matéria, num infográfico, num verbete, etc.

4.1 DISCURSO CIENTÍFICO E DISCURSO PUBLICITÁRIO: ALGUNS EFEITOS METAFÓRICOS

É comum encontrar no DDC relações com o discurso publicitário ou a complementação por infográficos⁵³. Numa das páginas da revista SAÚDE!⁵⁴ pode-se encontrar estas ocorrências versando sobre o mesmo assunto: varizes.

Primeiramente, no texto Tire o Peso das Pernas, há a apresentação de um produto especialmente indicado para o tratamento das varizes: uma almofada confeccionada “em poliuretano e tem a inclinação certa para auxiliar a circulação do sangue” (SAÚDE, 2005:10) em cor azul de mais ou menos um metro de comprimento que, no melhor estilo publicitário, informa o leitor sobre suas propriedades (*design especial, inclinação certa para auxiliar a circulação do sangue*), os benefícios do produto (*indicada no pós-operatório, evita feridas, atenua dor nas pernas, etc.*), e sua confecção e garantia de qualidade (*desenvolvida em parceria com uma equipe de médicos do Hospital das Clínicas de São Paulo*). Ao final da matéria, encontra-se o endereço eletrônico do fabricante.

Mais três textos tratam do assunto sobre varizes de maneira diferente, porém inter-relacionados. Os dois primeiros “Veias Dilatadas” (em forma de infográfico) e “Muito Além da Estética” explicam o processo, de forma detalhada, sobre a instalação das varizes e as conseqüências para quem tem a doença. O terceiro “Armas Certeiras” apresenta os tipos de cirurgia existentes para, como diz no próprio texto, “dar cabo das varizes”.

⁵³ Infografia “é uma maneira de fornecer informação ao leitor utilizando um conjunto de gráficos, tabelas, desenhos, fotos, legendas, ilustrações, mapas, maquetes. (...) é, acima de tudo, informação visual” Scalzo (2003:74).

⁵⁴ Seção Gôndola, que em cada número da revista tem como objetivo apresentar um produto (alimentício, terapêutico, etc.), avalizado por um profissional competente, que pode ser útil para o tratamento de algum problema físico ou mental, ou simplesmente, como no caso dos produtos alimentícios, informar seus nutrientes e índices calóricos para promover um consumo “consciente”. Anexo 3.

O texto “Veias Dilatadas” é dividido em duas partes: a primeira com elementos textuais, subdivididos em itens 1 e 2, e a segunda parte com elementos imagéticos em que se mostra a simulação dos vasos sanguíneos no momento da instalação das varizes.

O segundo texto “Muito Além da Estética” complementa o anterior no sentido de ampliar as informações acerca do processo de circulação sanguínea que provoca as varizes. Para tanto, reproduzo aqui os dois textos para que se possa compreender melhor os efeitos-metafóricos instaurados por eles.

VEIAS DILATADAS

“1 – As válvulas se abrem para o sangue passar e se fecham para que ele não faça o caminho inverso”.

“2 – Quando esse mecanismo não funciona direito, o sangue reflui e fica malparado dentro dos vasos”.

SAÚDE. *Veias Dilatadas*. São Paulo: Editora Abril, junho, 2005, n.º 261 – p. 10

MUITO ALÉM DA ESTÉTICA

As varizes indicam mal funcionamento das válvulas encarregadas de controlar o FLUXO do sangue. BOMBEADO PELO CORAÇÃO, ele SEGUE pelas artérias para LEVAR oxigênio às células e RETORNA pelas veias, onde se localizam as tais válvulas. Se forem defeituosas, um pouco de sangue REFLUI, FICA ESTACIONADO e DIFICULTA O TRÂNSITO. A veia, então, se dilata e inflama, provocando todo o desconforto. “A causa é genética, mas situações como ficar muito tempo em pé ou sentado, usar anticoncepcional, ganhar peso e mesmo a gravidez favorecem o problema”, explica o cirurgião vascular Kasuo Miyake, de São Paulo. As mulheres são mais vulneráveis. Os homens, porém, nem sempre escapam das veias que SALTAM AOS OLHOS.

SAÚDE. *Muito Além da Estética*. São Paulo: Editora Abril, junho, 2005, n.º 261 – p. 10

Neste recorte, numa análise mais geral, enquanto o texto “Veias Dilatadas” apresenta uma linguagem mais direta, mais objetiva, o segundo apresenta, com riqueza de detalhes, o “caminho” completo percorrido pelo sangue para demonstrar como se formam as varizes. Deter-me-ei na análise do segundo texto, embora se perceba que o primeiro parafraseia, de maneira mais econômica, o segundo.

Pelas palavras escritas em letras maiúsculas, se visualiza a velocidade, a direção e o caminho percorrido pelo sangue o que contribui para o aparecimento das varizes. Por remissão à memória discursiva, imagino que dentro do corpo humano, há uma pista de corridas, ou uma via de tráfego intenso (pensando que as veias e artérias funcionam como vias de locomoção) em que sangue, células, válvulas estão em constante movimento, ora se tocando, ora parados, ora em marcha-ré.

Quando o sujeito-jornalista constrói o texto associando as imagens de tráfego ao sistema circulatório para explicar o surgimento das varizes, há uma remissão ao interdiscurso perceptível na seleção e organização textual das palavras FLUXO, BOMBEADO, SEGUE, RETORNA, FICA ESTACIONADO, DIFICULTA O TRÂNSITO, que se deslocam de seus sentidos tidos como regulares, já que estão estabilizados em dicionário, mas que não são únicos e evocam, na memória discursiva do leitor, uma ressignificação para os termos e a tentativa de maior entendimento e, diria talvez, até melhor visualização do percurso realizado pelo sangue para o aparecimento das varizes.

Em “as varizes indicam mau funcionamento das válvulas encarregadas de controlar o fluxo do sangue”, há uma construção metafórica ao se atentar para o sentido da locução verbal “encarregadas de controlar”. As válvulas, nesta perspectiva, funcionariam como um guarda de trânsito, ou um semáforo que regularia o tráfego viário a fim de evitar acidentes. Dessa forma, se o “fluxo do sangue” for bem orientado, necessariamente, o risco de acidentes é bem menor, o motorista dirige com mais cuidado e atenção e não vai perder o acesso ao lugar desejado, portanto, não vai precisar “refluir” e correr o risco de entrar na contra-mão. Todo

este trajeto, que é parte de um já-dito, mas que dito de outra forma e em outra situação ressignificam as palavras em destaque, é uma maneira que sujeito-jornalista encontrou de tornar o DC mais acessível ao leitor, pois talvez, se ele utilizasse a nomenclatura científica usual, o leitor não compreendesse o percurso e as causas da manifestação da doença. Percebe-se, também, um deslocamento de campo discursivo (discurso do trânsito, da regulação, disciplina) para o discurso médico, tal migração de campos discursivos aponta para formulações de dizer que tornam o discurso científico mais, diria, palatável (para usar, também, uma metáfora).

Outras palavras camuflam sentidos muito interessantes como, por exemplo, em BOMBEADO PELO CORAÇÃO. Quem, nesta construção, é bombeado? O sangue. Mas algo o bombeia, algo o faz funcionar, isto é, o coração. Contudo, subjacente à palavra coração, instaura-se um efeito-metafórico que significa motor e que faz o corpo (carro) funcionar, levando o sangue (combustível), às partes necessárias ao seu funcionamento. São as paráfrases carro/corpo, motor/coração, combustível/sangue que me permitem levantar estas hipóteses.

No enunciado “veias que saltam aos olhos” se estabelece uma relação com a expressão “veias dilatadas” que evoca a forma antiestética como as varizes se mostram nas pernas das pessoas. Uma paráfrase possível poderia ser “veias que se destacam”, contudo não instauraria o mesmo efeito de sentido que remete a um plano que evoca, conforme o título “muito além da estética”, uma vantagem que beneficiaria não só a aparência, mas também a saúde. Ao selecionar “saltam aos olhos” o sujeito-jornalista remete a uma supervalorização estética das pernas, que aponta o exterior, a busca da perfeição da forma física das pessoas em detrimento do interior, da valorização dos sentimentos do ser humano ou da saúde conforme preconizada pelo título. Neste direcionamento, nota-se, muito sutilmente, um apelo à aquisição do produto apresentado no primeiro texto.

No texto “Arma Certeira”, já a partir do título vislumbram-se outras relações interdiscursivas, pois os métodos cirúrgicos próprios à erradicação das varizes são apresentados como armas que, caracterizadas como certas, desde já instauram e direcionam sentidos bélicos, de luta, de novo. Comumente se vê no DDC, ou mesmo no DC, este tipo de construção. Toma-se a luta, numa remissão ao interdiscurso de outras formações como: “luta pela sobrevivência”, ou “lutar com todas as forças”, relacionadas ao discurso cotidiano expresso pela idéia de que a vida, por si só já é uma luta constante, e realiza-se a transferência para outros setores específicos como a saúde física e/ou mental. Note-se o recorte proposto:

ARMAS CERTEIRAS

Estes são métodos eficazes para DAR CABO das varizes segundo Kasuo Miyake:

Cirurgia: o médico amarra as duas pontas da veia doente num fio de náilon para removê-la.

Fibra óptica: ela percorre a veia DISPARANDO JATOS de raio laser. O vaso SE DESINTEGRA e é reabsorvido pelo organismo.

Cryo-laser: é a combinação de ar gelado e laser. O primeiro anestesia a região e o segundo QUEIMA a veia.

Cryo-glicose: além do ar gelado, o especialista injeta glicose para DESTRUIR o vaso.

SAÚDE. *Armas Certeiras*. São Paulo: Editora Abril, junho, 2005, n.º 261 – p. 10

A ocorrência de efeitos-metafóricos, neste recorte, se dá pela seleção de palavras que, continuando a idéia do título “Armas Certeiras”, estão também relacionadas interdiscursivamente. Assim, DAR CABO, DISPARANDO JATOS, SE DESINTEGRA, QUEIMA e DESTRUIR, instauram efeitos de sentido que remetem a ação bélica.

Em DAR CABO pode-se ler, subjacente ao sentido usual, matar ou exterminar, porque num sentido de luta, de guerra, um inimigo sempre quer DAR CABO do outro. Este

deslize materializa-se somente se explicitado pelo interdiscurso, pois é na relação entre discursos que ele se instaura. Daí se dizer que o sentido sempre pode ser outro. Ao analisar DISPARANDO JATOS/SE DESINTEGRA, QUEIMA/DESTRUIR amplia-se ainda mais a rede interdiscursiva, pois além do discurso bélico, se percebe uma especificidade: é uma luta futurista e moderna que está sendo travada, nela as armas não utilizam mais projéteis, mas sim raios em jatos que desintegram imediatamente o oponente. Contudo, neste ponto também se vê que a ciência já utiliza, de fato, raios e desintegra (pedras nos rins, por exemplo) inimigos diariamente. Mesmo assim, o efeito-metafórico instaurado por esta rede de sentidos remete aos termos de luta e guerra e isto faz com que se compreendam melhor certos enunciados em detrimento de outros.

Nesta rede de formulações constituída a partir da metáfora bélica, compreendo que a *textualização* do discurso científico da Seção Gôndola instaura algumas hipóteses:

1 – Um produto (almofada que pode ser adquirida através da empresa X para pessoas que querem descansar, recuperar suas pernas e evitarem varizes) é apresentado ao leitor numa mescla do discurso publicitário e discurso científico, o que para mim realiza, também, um efeito de divulgação científica;

2 – Relacionados ao primeiro texto (Tire o Peso das Pernas que mescla o discurso publicitário com DC) estão outros textos que não são textualizados como discurso publicitário, contudo, mesmo assim, eles são apresentados de forma menos densa, menos técnica, pelo uso de construções verbais que instauram efeitos-metafóricos muito presentes na memória discursiva dos sujeitos e evocados pela metáfora de guerra;

3 – O sujeito-jornalista formula alguns enunciados que deixam entrever sua (ou da revista) posição ideológica sobre a necessidade de consumo do produto informado no

primeiro texto. Nesse sentido, a idéia de guerra é positivada pela revista, pois alguém sai vencedor – então é o herói. Alguém sai derrotado – então é o bandido. O interdiscurso, enquanto “região de encontros e confrontos” (GREGOLIN, 2003, 50), instaura uma “necessidade cega⁵⁵” que é maximizada pela pulsão, própria ao homem, em ser sempre o melhor, o mais forte, o vencedor. Esse apelo, típico do discurso publicitário, aqui se casa com o discurso científico, e essa junção, também, instaura um *vazamento*⁵⁶ por parte da revista.

Desta maneira, mais uma vez, compreendo que as palavras *vazam* sentidos, sejam metafóricos ou não. Contudo, os efeitos-metafóricos *vazam* muito mais do que os outros. Eles, poderia dizer, *jorram*.

Penso que a análise deste recorte tenha contribuído para que se consiga expor a opacidade do texto ao olhar do leitor (ORLANDI, 2001) e mais, que os gestos de leitura (ORLANDI, 2001) instaurados nesta leitura, não sejam apenas outros gestos, mas que sejam uns de muitos outros na ansiedade de instaurar uma política de leitura menos excludente e autoritária na vida das pessoas, ditas, comuns.

⁵⁵ Cega porque o sujeito consumidor não percebe o direcionamento que o manipula e atrai.

⁵⁶ Vazamento aqui entendido como construção de subjetividade, a revista *vaza*, *escorrega* ao tentar direcionar a leitura do sujeito consumidor.

5 DA OBJETIVIDADE E DA SUBJETIVIDADE NO DDC

*Eu canto em português errado
acho que o imperfeito não participa do
passado. Troco as pessoas, troco os pronomes.*

Renato Russo

Ao teorizar sobre os conceitos de *objetividade* e *subjetividade*, o que muito me tem chamado a atenção, são as questões suscitadas por estes termos em relação ao discurso jornalístico e ao discurso científico.

Para traçar uma trajetória sobre estas questões, inicialmente, tomo o teórico Mikhail Bakhtin (1995) como referência, pois o autor estabelece interessantes idéias que se relacionam à dicotomia *objetividade/subjetividade*⁵⁷.

O estudioso tornou-se conhecido no ocidente primeiramente como teórico da literatura, porém à medida que os estudos sobre sua obra progrediram, verificou-se que a pertinência de sua teoria extrapolava o âmbito literário abarcando a linguagem como um todo. Assim, quando promoveu uma retomada crítica sobre os estudos filosófico-lingüísticos, comparando e apontando problemas nas teorias que ora circulavam, realizou um corte epistemológico que abriu novos olhares sobre a linguagem humana.

Sua crítica mais contumaz recaiu sobre duas orientações principais que ele classificou como *subjetivismo idealista* e *objetivismo abstrato*.

A primeira tendência interessa-se pelo ato de fala, de criação individual, como fundamento da língua (no sentido de toda atividade de linguagem sem exceção). O

⁵⁷ Apesar deste estudo concentrar-se, fundamentalmente, nas idéias provindas de Pêcheux (1997) e seus seguidores como Orlandi (2001) e Gregolin (2004), acredito que, para refletir sobre a objetividade e a subjetividade, os apontamentos de Bakhtin (1995) são essenciais, principalmente ao se observar suas contribuições para a AD através de Authier-Revuz (1998) com a instauração e desenvolvimento da noção de princípio dialógico e da heterogeneidade mostrada e da constitutiva. No entanto, insisto que minha posição de analista não se concentra na idéia simplista de interação entre indivíduos, mas sim na de constituição de subjetividades.

psiquismo individual constitui a fonte da língua. As leis da criação lingüística – sendo a língua uma evolução ininterrupta, uma criação contínua – são as leis da psicologia individual, e são elas que devem ser estudadas pelo lingüista e pelo filósofo da linguagem. (BAKHTIN,1995:72)

A língua, nesta perspectiva e de acordo com as proposições elencadas pelo autor: a) opõe-se a sistema, b) é concebida como forma de expressão individual (psicologizante), c) é análoga à criação artística e produz o “gosto lingüístico” (decorrente daí a concepção estética da língua). Esta orientação realiza uma crítica ao positivismo em lingüística e toma a língua como realização individual e estética.

A segunda orientação diz respeito ao estudo do sistema lingüístico abstrato das formas da língua, pois “o centro organizador de todos os fatos da língua, o que faz dela o objeto de uma ciência bem definida, situa-se, ao contrário, no sistema lingüístico, a saber, o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua”. (BAKHTIN, 1995:77)

Esta orientação pressupõe a imanência, a língua tomada como sistema, a exemplo de Saussure, que dividiu a língua e a fala e priorizou o estudo da primeira e sua sistematização, sem preocupar-se com o “outro” que efetivamente faz uso tanto de uma, quanto da outra.

O objetivo de Bakhtin, ao apresentar suas críticas a estas duas orientações, foi o de construir o conceito de dialogismo, propondo a compreensão e a instauração do “outro” como constitutivo da linguagem, fato desconsiderado até então pelas duas orientações acima citadas. Daí em diante, outros conceitos foram construídos por ele, como o de polifonia e o de gêneros discursivos, promovendo uma série de (re)formulações teóricas no âmbito da linguagem.

O objetivismo abstrato que priorizou o *objeto* deixando de lado o usuário da língua foi, durante muito tempo, uma teoria que fundamentou a relação com a linguagem dentro da sociedade. Nas escolas principalmente, as atividades pedagógicas que se ofereciam aos alunos nas aulas de Língua Portuguesa, com efeito, eram centradas em exercícios estruturais e sistêmicos. O objeto era mais importante do que o processo.

Formaram-se, assim, professores, médicos, advogados, jornalistas, pesquisadores que utilizavam (e utilizam) a língua com a ilusão de que somente a correção gramatical é importante, porque só consideram a ocorrência da gramática como sendo a única do sistema. Regras para a ortografia, a concordância e a redação foram elaboradas a partir das orientações e/ou prescrições dos gramáticos normativos; os vestibulares e demais concursos públicos eram (e ainda são) preparados para que o candidato provasse que sabia sobre a língua e não a utilização desta língua em situações reais do cotidiano.

Decorre desses exemplos que o DDC sofreu forte influência dessa orientação, através da estruturação do discurso científico e do jornalístico⁵⁸, que são as bases da constituição do discurso em análise (DDC).

Contudo, percebe-se que, apesar disso, ambos apresentam deslizamentos na instauração da objetividade, deslizamentos que se materializam no fio do discurso de maneira muito sutil, por vezes quase imperceptivelmente, corroborando a ideia de que há indícios da presença de subjetividade, seja de forma explícita ou de forma implícita⁵⁹.

O estatuto dado à linguagem a partir de orientações propostas por teorias linguísticas mais recentes como a Linguística Textual, a Semântica Enunciativa, a Pragmática ou a Análise do Discurso revela-se de extrema importância para o alargamento reflexivo dessas questões. Uma por deixarem a imanência da língua de lado dando ao indivíduo novas concepções relativas à linguagem, outras por, além de promoverem uma reintegração do sujeito no discurso, ainda pensarem a exterioridade (ORLANDI, 2001) da língua como constitutiva de seu efeito de sentido, admitindo o “outro” (BAKHTIN, 1995) como integrante do processo linguajero.

⁵⁸ Tanto o DC quanto o DJ, conforme já aponte anteriormente, têm como objetivo a instauração de um discurso objetivo e imparcial.

⁵⁹ Explicitamente quando a subjetividade aparece num texto de opinião, por exemplo. Implicitamente, pelas marcas linguísticas presentes em textos diversos.

Nesta relação, penso que a análise das condições de produção, através das formações imaginárias, dos textos de divulgação científica é um exemplo muito pertinente para mostrar que, ora o objetivo não é tão objetivo quanto pretende demonstrar e o subjetivo pode camuflar um posicionamento diferente do que mostra.

5.1 OBJETIVO E/OU SUBJETIVO: DESCONSTRUINDO ALGUNS MODELOS

Segundo Pêcheux (1997:82), na AD1 as Formações Imaginárias⁶⁰ caracterizam-se, não por promoverem uma “transmissão de informação entre A e B”, mas por instaurarem “‘efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B”. Já nesta fase, Pêcheux (1997) apresenta, embrionariamente, uma concepção da posição-sujeito⁶¹ e propõe uma análise a partir das “regras de projeção” que “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* a ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. (1997:82).

Para melhor compreender como as formações imaginárias (F.I.) se estabelecem, Orlandi (2001: 41) apresenta o seguinte exemplo:

[...] se pensamos, por exemplo a Universidade, podemos explorar algumas dessas possibilidades: a imagem que o professor tem do que seja um aluno universitário, a imagem que um aluno tem do que seja um professor universitário, a imagem que se tem de um pesquisador, a imagem que o aluno (o professor, o funcionário) tem de um Reitor, a imagem que o aluno (o professor, o funcionário) tem de um dirigente de uma associação de professores universitários etc. (ORLANDI, 2001:41)

Desta forma, pela análise da posição-sujeito, tanto do jornalista que cobre ciência na revista *SAÚDE!* quanto da do leitor que lê o texto de divulgação científica, reflito sobre a instauração da objetividade e da subjetividade e suas implicações para o principal objetivo da

⁶⁰ A partir do conceito laciano de imaginário, Pêcheux (1975) define que as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. As formações imaginárias se manifestam, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados. As formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções.

⁶¹ De acordo com o autor, uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário representando no processo discursivo os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Deste modo, não há um sujeito único, mas diversas posições-sujeito as quais estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas.

revista em questão: o lucro. Ainda, segundo Orlandi (2001: 42), “o imaginário não brota do nada, ele faz parte do funcionamento da linguagem. Ele assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”. São, portanto, estas relações de poder em estreito contato com as F.I. que me interessam.

5.1.1 O Sujeito Jornalista e o Leitor: Projeções de Isenção e Cumplicidade

A revista é a intermediária entre o livro e o jornal, ela funciona, ora resumindo as considerações de um, ora ampliando as informações do outro, contudo com características próprias no cenário midiático. Uma delas, talvez a mais importante, seja o tratamento dispensado a seu público leitor, um tratamento individualizado e diferente conforme salienta Scalzo (2003:15): “é na revista segmentada, geralmente mensal, que de fato se conhece cada leitor, sabe-se exatamente com quem se está falando. (...) revista tem foco no leitor – conhece seu rosto, fala com ele diretamente. Trata-o por você”.

Conforme já apresentado, a revista *SAÚDE!* aborda assuntos próprios do discurso científico como nutrição, prevenção de doenças, hábitos saudáveis, tratamentos médicos de ponta etc. Suas reportagens e seções são redigidas de maneira econômica no que diz respeito a esta linguagem, utilizando muitas construções metafóricas e apelos ao leitor. Focalizo, nestes textos, a análise das formações imaginárias, pelas frequentes construções discursivas heterogêneas que encontro em suas páginas, construções que ora utilizam o ideal linguajeiro preconizado pelos discursos científico e jornalístico, ora utilizam recursos argumentativos permeados por tons apreciativos que remetem à subjetividade do locutor.

Percebe-se uma vertigem discursiva quando num texto científico, porém já mediatizado pelo DDC, encontra-se um “você”⁶² que, necessariamente, de acordo com uma concepção dialógica da linguagem, instaura a existência de um “eu” (sujeito locutor que dialoga com o “você” e posiciona-se como sujeito jornalista). Mais uma vez o que me orienta é a proposta de análise criada por Pêcheux (1997) a respeito das formações imaginárias e aqui relatada por Orlandi (2001):

Temos assim a imagem da posição do sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). (ORLANDI, 2001: 40)

No seguinte enunciado:⁶³

Por que as pálpebras tremem?

*O vaivém de cálcio **provoca** movimentos de contração e relaxamento muscular – e é isso que **causa** o tremor. O fenômeno, **chamado** mioquimia, **pode ser causado** por cansaço, ansiedade e excesso de cafeína, entre outros fatores.*

1- Gatilho da tremedeira

*Na pálpebra **existe** um músculo chamado orbicular, muito sensível, que **controla** o abrir e fechar de olhos.*

2- Uma piscadela

***Basta** um impulso elétrico **vindo** do cérebro e pronto: uma porção de cálcio, que **estava fora** das fibras musculares, **penetra** nelas com a maior facilidade e **causa** uma contração.*

3- Sensível demais

⁶² Principalmente ao se observar as recomendações, já elencadas, sobre neutralidade, isenção, imparcialidade recomendadas para a escrita destes textos.

⁶³ Anexo 4.

*Às vezes o músculo orbicular **fica** ainda mais sensível do que o normal. Quando isso **acontece**, mesmo que o sinal elétrico **emitido** pelo cérebro **seja** quase imperceptível, o músculo **acaba disparando** uma reação desordenada de cálcio, que **entra e sai** da pálpebra várias vezes.*

SAÚDE!. Sempre quis saber – Por que as pálpebras tremem? São Paulo: Editora Abril, março de 2004, p. 66.

O sujeito jornalista constrói um texto somente com enunciados enunciados⁶⁴, ou seja, apaga as marcas de enunciação do texto. Compreende-se isto pelo fato de o texto ser construído na terceira pessoa do singular e com a maioria dos verbos no presente do indicativo (*provoca, é, existe, controla*). Essa construção, somente de enunciados enunciados (cristalizando o sentido do texto), constrói um efeito de objetividade próprio do discurso científico. O jornalista, ao adotar este posicionamento, projeta a imagem de um leitor que valoriza o discurso científico permeado por seus ideais de objetividade e neutralidade. Direciona, ainda, o leitor para que este aceite a informação como se veiculada de maneira isenta, em que não haja interferência de nenhuma interpretação “humana”, no melhor estilo “empirista”. Além disso, escrevendo desta maneira, ele constrói para si e por extensão para a revista, uma imagem de idoneidade e imparcialidade, próprias do discurso jornalístico. Outro efeito de sentido instaurado é com relação à imagem dada ao assunto de que se fala e ao foco de importância dado, pois ao observar os verbos e locuções verbais construídos na voz passiva (*chamado, pode ser causado, emitido*), nesta seção, o *objeto* de que se fala é muito mais importante do que quem fala, reforçando a imagem de isenção requerida.

⁶⁴ Nesta orientação, enunciado é a seqüência enunciada desprovida de marcas enunciativas que remetem à posição-sujeito. Já enunciação, é a marca enunciativa identificável no texto que remete à posição-sujeito. Conforme explicitado anteriormente, enquanto o enunciado remete ao interdiscurso/constituição dos sentidos, a enunciação remete ao intradiscurso/formulação dos sentidos.

Observo também que, nem sempre, a instauração de uma imagem distante e objetiva é regra, pois muitas vezes a revista, via sujeito jornalista, projeta um elo de cumplicidade com o leitor:

*Por que **acordamos** com o rosto inchado?⁶⁵*

1- Gravidade

*Nosso organismo é 70% formado por líquidos. Parte deles circula o tempo todo pelas veias e artérias. Quando **ficamos** de pé, a gravidade faz com que esses líquidos circulantes se acumulem nos membros inferiores. Mas, se **estamos** deitados, uma boa quantidade vai parar no rosto, principalmente se o travesseiro for baixo.*

2- Vazamento

O excesso aumenta a pressão dos vasos capilares, daqueles bem finos, encarregados de irrigar todos os tecidos. Com o aperto, é quase inevitável que um pouco do plasma, a parte líquida do sangue, escape.

3- Inundação

*O plasma ocupa espaço entre as células – por isso o que **a gente vê** é aquele aumento, o inchaço. A região mais afetada é a das pálpebras, porque seu tecido frouxo favorece a retenção de líquido.*

SAÚDE!. Sempre quis saber – Por que acordamos com o rosto inchado? São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2003, p. 66.

Neste texto, diferentemente do anterior, os verbos são utilizados na primeira pessoa do plural (*acordamos, ficamos, estamos*). A imagem que o sujeito jornalista projeta do leitor é a de uma pessoa que necessita de um tratamento personalizado, único e instaura um efeito de sentido em que, enquanto sujeito jornalista se inclui, juntamente com os leitores, no rol das pessoas que não conheciam a informação, mas que, ao acompanhar o processo de raciocínio descrito no texto, para saber porque *acordamos com o rosto inchado*, conseguiram “juntos”

⁶⁵ Anexo 5.

chegar a uma conclusão sobre o assunto. O leitor, por sua vez, acredita que a cumplicidade criada pelo tratamento inclusivo realizado pelo sujeito jornalista, seja uma vantagem a mais oferecida pela revista, pois ela se importa com ele (o leitor) e além disso, o sujeito jornalista - o qual escreveu a matéria - também desconhecia⁶⁶ o assunto, assim como ele. Num mundo extremamente competitivo, como o atual, dividir incertezas e desconhecimento científico com um jornalista, é um fato bastante confortador para o leitor com perfil “empresarial”.⁶⁷

Este efeito de sentido, produzido pelo sujeito jornalista, deve-se ao fato de a revista ter um objetivo capitalista (de mercado) que se materializa na forma de adquirir a confiança do leitor para vender mais exemplares.

⁶⁶ Contudo, este mesmo sujeito que é representado como cúmplice de seu leitor, por desconhecer o assunto, é aquele que dá a explicação. Esta ocorrência aponta para uma dissimulação e conseqüente apagamento da posição-sujeito jornalista.

⁶⁷ Orlandi (2001: 61-62) afirma que há “[...] um leitor atual brasileiro que se enquadra no que chamamos perfil ‘empresarial’ (um leitor de quantidade, de resumos, com fins estritamente pragmáticos etc, que não ‘saboreia’ a leitura). [...] (o empresarial, com sua leitura linear, superficial, de aparência e em quantidade). Compartilho desta noção ao apontar o leitor de divulgação científica como tendo um perfil “empresarial”. Contudo, penso em ampliar as idéias a este respeito em outra oportunidade.

5.2 FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO NO DISCURSO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: O PAPEL DOS VERBOS NO DISCURSO CITADO

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin tece considerações sobre o *discurso de outrem* (1995:144) e inicia suas asserções sobre o discurso citado caracterizando-o como “o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN,1995:144), e mais, argumenta que deve haver uma orientação recíproca entre o discurso citado e o discurso narrativo para que os estudos sobre o *discurso de outrem* sejam mais profícuos. Grigoletto (2003: 345-346) completa dizendo que “a diluição da palavra citada, no contexto narrativo, não se efetua completamente, já que a substância do discurso do outro continua palpável”.

Tais considerações remetem ao estudo dos esquemas do discurso direto (DD) e do discurso indireto (DI) que são as formas mais utilizadas no discurso de divulgação científica. Nesta direção, o teórico russo propõe a concepção de duas orientações essencialmente opostas que foram por ele chamadas de *estilo linear e estilo pictórico* (BAKHTIN, 1995:150). A primeira é construída a partir de uma tendência fundamental da reação ativa ao discurso de outrem, visando a conservação da sua integridade e autenticidade. A segunda orientação procura atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem. Segundo Grigoletto (2003) “se, na primeira tendência, havia uma preocupação em demarcar nitidamente as fronteiras da fala do outro, aqui ocorre o contrário, há um enfraquecimento, muitas vezes até um apagamento, do discurso citado”. (GRIGOLETTO, 2003: 346).

Para melhor entender a dinâmica do processo de citação, tanto de forma direta, quanto indireta, é necessário ouvir Benites sobre o DD: “[...] ao contrário do discurso indireto, em que predomina a interpretação, no discurso direto predomina a repetição, a imitação. Esta é a razão porque o discurso direto autentica os enunciados reportados”. (BENITES, 2002: 59).

A utilização desta forma de citação orienta para a fidelidade do discurso do “outro”, ou seja, é uma forma de atribuir ao locutor citado total responsabilidade pelo que está escrito. Porém, Benites (2002: 59) alerta para o fato de que, mesmo parecendo objetivo e fiel, o próprio deslocamento contextual alteraria o sentido da transcrição mais exata.

Bakhtin (1995), ao explicar questões acerca do *discurso direto preparado* diz que:

Não nos ocuparemos aqui dos procedimentos mais primitivos de que dispõe o autor para replicar ao discurso direto e comentá-lo: a utilização do itálico (que equivale a um deslocamento de acento), a inserção aqui e ali de observações e conclusões entre parênteses, ou mesmo simplesmente o ponto de exclamação, de interrogação, sic, etc. Para atenuar a inércia do discurso direto, outro procedimento muito eficaz consiste nas várias possibilidades de colocação do verbo introdutor, associado por vezes a observações, réplicas e comentários. (BAKHTIN, 1995:166).

Estas considerações são muito relevantes para esta análise, uma vez que o DD enquanto mecanismo de citação que pretende demonstrar objetividade e fidelidade do *discurso de outrem* funciona, muitas vezes, de um modo diferente do previsto indiciando a subjetividade do sujeito jornalista citante.

Acerca do discurso indireto, para Benites (2002) não há manutenção, em sua globalidade do “conteúdo do discurso citado; ele é uma interpretação de um discurso anterior, e não a sua reprodução. Por reconstruir não uma seqüência de palavras, mas o conteúdo proposicional do enunciado-fonte, o discurso indireto resulta na imbricação das palavras do sujeito que cita com as do sujeito citado”. (BENITES, 2002:59).

Maingueneau (2002) reitera dizendo que: “com o discurso indireto, o enunciador citante tem uma infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o conteúdo do pensamento. [...] a escolha do verbo introdutor é bastante significativa, pois condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado [...]” (2002:149).

É necessário ressaltar que, tanto para Bakhtin (1995) quanto para Maingueneau (2002), a seleção do verbo introdutor do DD é muito importante, e ao meu ver, esta ocorrência pode caracterizar instauração de efeitos de subjetividade no discurso relatado. Observo, também que, não só o verbo introdutor é significativo, mas o verbo finalizador também instaura o mesmo efeito quando utilizado no DD.

Para Bakhtin, o DI se divide em duas variantes que servem para balizar algumas diferenças dentro dele mesmo. A primeira é a variante de discurso indireto analisador de conteúdo. A segunda é a de discurso indireto analisador de expressão.

A primeira se presta a tematizar o discurso de outrem colocando uma distância entre o sujeito que cita e o sujeito citado apoiando-se no *estilo linear* que apresenta um grau mais elevado de racionalidade e objetividade e tem como objetivo “marcar os limites do discurso citado” (BENITES, 2002:58).

A segunda variante é a que apresenta as formas do dizer e que denota um maior grau de subjetividade no discurso, no dizer de Bakhtin “sua coloração se destaca mais claramente” (1995:163), esta variante se relaciona mais com o *estilo pictórico* apagando as fronteiras do discurso citado.

Resumo as considerações de Bakhtin (1995) acerca do Discurso Indireto no seguinte esquema:

<i>Discurso</i>	<i>analisador de conteúdo</i> (plano temático/estilo linear/racional/objetivo)
<i>Indireto</i>	<i>analisador da expressão</i> (maneiras de dizer/estilo pictórico/subjetivo)

Para concluir não se deve esquecer de algumas recomendações acerca do DI, pois para o autor “o discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros

esquemas deixam de lado [...]. A análise é a alma do discurso indireto”. (BAKHTIN, 1995:159).

Encontra-se, nessas reflexões, um importante aporte teórico para a análise dos enunciados, pois a observação do estilo linear e do estilo pictórico bem como as ocorrências das duas variantes do discurso indireto podem apontar indícios da instauração de subjetividades muito marcadas no discurso de divulgação científica.

5.2.2 Verbos Introdutores e Finalizadores do Discurso Citado

Ao abordar a importância dos verbos introdutores do discurso relatado (tanto em DD quanto em DI), Maingueneau (1993) o faz sob a perspectiva *microcontextual*, isto é, mostrando como as citações “inscrevem-se no detalhe da estrutura lingüística”. O autor ainda diz que “de fato, em função do verbo escolhido (sugerir, afirmar, pretender...) toda a interpretação da citação será afetada”. (1993: 87).

Concordo com a afirmação do autor no que se refere ao “detalhe da estrutura lingüística”, o que chamo neste trabalho, pela perspectiva teórica adotada, de intradiscurso e também com a idéia de que a “interpretação da citação será afetada” dependendo da seleção do verbo introdutor ou finalizador⁶⁸, contudo, atrelo a “afetação” da interpretação, ao interdiscurso, ou seja, ao que “fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2001:59), pois acredito que são os efeitos de sentidos instaurados por um sujeito que ocupa determinada posição ao enunciar, que vão “afetar” a interpretação e a compreensão deste discurso.

⁶⁸ No DDC há uma vasta utilização de verbos finalizadores .

5.2.2.2 DD e DI: Diferentes Formas de Subjetivação no DDC

Na construção dos textos da revista *SAÚDE!*, estabelece-se um diferencial nas construções em DD e em DI, pois as citações em DD são muito mais numerosas do que as em DI, nelas as construções se dão regularmente na seguinte seqüência:

- ⇒ introdução sobre o assunto;
- ⇒ citação do locutor entre aspas;
- ⇒ verbo finalizador da fala;

Este locutor geralmente é uma pessoa física, individualizado pelo nome no discurso, que se mostra como ser testemunhal do ocorrido e que representa alguma instituição de ensino ou de saúde.

Nas citações em DI não há uma seqüência regular. Como as ocorrências são menos numerosas, elas aparecem aleatoriamente. Percebe-se também que o DI é utilizado pelo jornalista sempre que a citação é realizada por um sujeito genérico como, por exemplo, uma instituição ou um grupo de pesquisadores, ou seja, um sujeito sem nome próprio, mas que mesmo não sendo empírico ou real, também se posiciona sobre o assunto em pauta.

Os exemplos a seguir, retirados da reportagem de capa da revista *SAÚDE!* do mês de dezembro de 2004, intitulada *Mente Magra, Corpo Magro*⁶⁹ que fala sobre uma nova fórmula de emagrecimento chamada de mobilização do Qi mental e que baseia-se numa técnica oriental que consiste em direcionar a energia da mente para emagrecer, apresenta algumas ocorrências interessantes.

A reportagem afirma que é possível perder até três quilos por semana sem tomar remédio. Na primeira parte, o sujeito jornalista provoca o leitor a se imaginar magro e diz que,

⁶⁹ Anexo 6.

se ele consegue se ver bonito na praia sem as “banhas laterais” e a barriga protuberante, este já é um grande passo, se não consegue imaginar-se, já é hora de por a imaginação para funcionar. Entra, então, a primeira seqüência em que, na forma de discurso indireto, se ouve a primeira voz diferente da voz da jornalista:

S1 – *Especialistas do setor de Medicina Chinesa e Acupuntura da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) descobriram que fantasiar uma silhueta esbelta ajuda pra valer no processo de emagrecimento.*

SAÚDE!. *Mente Magra, Corpo Magro*. São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2004, p. 26-31.

A fala dos **especialistas** (perceba-se a generalização, pois não é um especialista nominado que fala, mas especialistas) é utilizada como comprovação da fala do sujeito-jornalista sobre o exercício da imaginação e da fantasia para a obtenção de um corpo perfeito (mesmo que, a meu ver, este perfeito seja para os padrões capitalistas vigentes na sociedade). A utilização do verbo **descobrir**, que também pode significar **achar** ou **desvelar**, refere-se ao processo de pesquisa pelo qual tais especialistas transitaram para chegarem à descoberta. Nesta construção, a utilização do verbo **descobrir** indica um efeito de seriedade por parte dos estudiosos que, somente depois de todo um processo científico, construíram uma idéia que não existia antes. Na análise realizada em DI, o sujeito-jornalista demonstra uma atitude positiva diante desta descoberta e a ratifica, pois **descobrir**, via pesquisa, algo que estava supostamente desconhecido é um feito útil à humanidade.

Na segunda seqüência há uma explicação sobre a técnica utilizada cujo novo nome é *Qi mental* (ela foi adaptada de uma técnica milenar oriental chamada tao yin). Para comprovar a explicação sobre a técnica, o sujeito jornalista utiliza em DD a fala de um acupunturista:

S2 – “É um treinamento mental para regular a energia do seu corpo”, *define* o médico acupunturista Ysao Yamamura.

SAÚDE!. *Mente Magra, Corpo Magro*. São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2004, p. 26-31.

Nesta seqüência, percebe-se que a necessidade de objetividade preconizada pela ciência é muito forte, por isso o médico utiliza a expressão *treinamento mental*. Ao se avaliar o *status* que as técnicas orientais possuem em relação à medicina tradicional ocidental, ver-se-á que elas (técnicas orientais) não são vistas com muita confiança, segundo a maioria dos profissionais de saúde da alopatia há muitas lacunas científicas que ainda não foram preenchidas. Assim, quando o sujeito-jornalista utiliza o verbo **definir** para reportar a fala do acupunturista, nota-se uma maneira de isentar-se da responsabilidade do que está sendo dito. Primeiro porque houve uma citação em DD (embora tenha escolhido exatamente a fala que lhe interessava para isentar-se), segundo porque o verbo **definir** (que instaura o sentido de palavra final, definição, definitivo) serve para enunciar as propriedades específicas de alguma coisa, neste caso da adaptação da técnica oriental para uma nova técnica que, segundo a reportagem, é eficaz e apresenta resultados satisfatórios. Neste caso, o sujeito-jornalista simulou um efeito de objetividade próprio da ciência ao imitar a construção do DC, principalmente pela seleção do verbo **definir**, muito utilizado neste tipo de discurso (científico).

Em S3, após a explicação sobre o *Qi mental*, o sujeito jornalista faz uma comparação com a medicina ocidental e explica que reorganizar as energias significa identificar e resolver as emoções envolvidas no surgimento do problema. De acordo com a reportagem, não existe milagre, pois o controle alimentar está por trás da dieta. Mais uma vez o sujeito lança mão da fala em DD para corroborar suas afirmações:

S3 – “A mente domina todo nosso organismo, por isso nela está o ponto de origem dos distúrbios físicos”, **afirma** João Yokoda, médico homeopata e especialista em Medicina tradicional chinesa, que coordena o grupo de obesos da Unifesp. “Por meio desse método identificamos as emoções que levam a comer além da conta e modificamos os seus registros”, **explica**. *Aí é que entra a energia da mente.*

SAÚDE!. *Mente Magra, Corpo Magro*. São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2004, p. 26-31.

É possível perceber, nesta seqüência, a utilização de dois verbos pelo sujeito jornalista para arrematar a fala do médico homeopata: **afirmar e explicar**. O primeiro verbo indica que o locutor citado declara com firmeza seu enunciado não deixando dúvidas quanto a sua verdade. O sujeito citante, ao selecionar este verbo, destaca a firmeza da declaração do médico e tenta mostrar ao leitor que a técnica da qual se fala é digna de confiança, seu objetivo é instaurar um efeito de verdade próprio do DC.

Na ocorrência do verbo **explicar** se nota, além de uma remissão à prática de pesquisa (que necessariamente *explica* todos os pormenores) ou a sua função metalingüística (chamando a atenção para a própria língua, pois explicar é voltar passo-a-passo ao assunto, ou na melhor das hipóteses, é tentar completar uma idéia com novas palavras, já que as utilizadas não constroem o sentido que se deseja), notamos um tom professoral⁷⁰. O sujeito-jornalista utiliza este verbo para imprimir ao enunciado um maior grau de credibilidade, pois um assunto novo, quando é detalhadamente *explicado*, angaria maior crédito do que um que só é relatado de maneira superficial. Compreende-se então que, todo o tempo, o efeito de sentido possível dos enunciados do sujeito-jornalista citante (que representa a voz da revista) é conseguir a adesão do leitor às suas proposições (o leitor tem de ler o que gosta e acreditar nas

⁷⁰ Semelhante a imagem que se tem de professores de séries iniciais que falam bem devagar e explicam todos os detalhes.

afirmações e explicações que a revista lhe oferece, principalmente porque esta revista tem de vender).

Há um enunciado ao lado de uma fotografia de uma mulher em pose de meditação que resume a primeira parte da reportagem e instaura efeitos metafóricos, pois esta imagem (das “mãos postas em oração”) remete ao discurso religioso. Os sentidos que se transferem desta imagem para o discurso de divulgação científica só são possíveis se instaurados via interdiscurso, é aí que a transferência de sentidos (metaphora) acontece. Quanto ao enunciado:

*S4 – Você precisa imaginar a sua silhueta sendo modelada. Vale visualizar sua gordura se derretendo como uma margarina e escoando para fora do seu corpo. Os orientais **garantem** que fixar uma imagem como essa acelera o emagrecimento. Em tese, a mente poderia influenciar a queima de gordura, mas para a ciência ocidental há controvérsia, já que isso não está provado.*

SAÚDE!. *Mente Magra, Corpo Magro*. São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2004, p. 26-31.

Em S4, além do tom apelativo construído com o auxílio das metáforas (queima da gordura/margarina, escoamento da gordura/margarina), a utilização do verbo **garantir** em DI precedido pelo sujeito *os orientais* remete a uma peculiaridade (só os orientais, pois eles já estão acostumados com esta técnica).

Contudo, vê-se que o enunciado *os orientais* é usado de forma genérica. Assim, a **garantia** evocada pelo verbo se restringe a uma generalização sem nome, que não pressupõe autoridade, nem assunção explícita da palavra. O sujeito jornalista citante, ao usar **garantir**, produz um sentido de isenção da responsabilidade que a autoria do texto lhe confere e tenta transferi-la aos orientais. Entretanto nesse ato, ele comete o deslize de utilizar um verbo que ratifica e **garante** uma verdade, mesmo que não assumida por um sujeito físico, nominado e sim reportada a um sujeito sem nome, genérico. Ademais, esta verdade é posta em dúvida,

tanto pela asserção que encerra o parágrafo em análise, quanto pelo todo da reportagem que deixa um arsenal de dúvidas quanto à eficácia e à seriedade da nova técnica de emagrecimento. Desta feita, a expressão **em tese** legitima o discurso científico, diria, oriental (do oriente) principalmente se relacionado ao verbo **garantir**, contudo a formulação da conjunção **mas** acaba por desconstruir tal *tese*, porque esta conjunção adversativa indica uma oscilação do sujeito jornalista, uma incerteza completa sobre o assunto.

A reportagem continua apresentando a voz de vários outros médicos sempre em DD com introdutores ou finalizadores verbais bastantes significativos, porém acredito que os elencados acima já bastam para o fim pretendido. A partir daí encontram-se várias opiniões de médicos e estudiosos adeptos da medicina tradicional que afirmam não existir comprovação científica, ainda, para a técnica do Qi mental. Não se encontram mais citações em DI e isto é um ponto muito importante e sintomático para a análise, conforme mostrarei a seguir.

5.3 PRELIMINARMENTE...

Retomando as considerações realizadas por Coracini (1991) e Benites (2002), juntamente com as discutidas aqui, posso afirmar que os enunciados em análise, mesmo observando as orientações quanto à construção de objetividade e neutralidade nos discursos científicos e jornalísticos, instauram sentidos que indicam vestígios de envolvimento do sujeito citante e mesmo do locutor citado no momento da enunciação. Estes sentidos mostram que o sujeito não consegue manter sua isenção, objetividade e neutralidade. Há deslizes que se materializam na palavra (no sentido de Bakhtin).

Sobre o discurso citado em modo direto e indireto no DDC, um fato muito peculiar me chamou atenção: o sujeito citante, ao reportar a fala em DI muitas vezes utiliza um sujeito genérico, por exemplo, *especialistas do setor de Medicina Chinesa e Acupuntura da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)* ou *os orientais*. Para citar em DD, o sujeito citante materializa um sujeito empírico com sua designação profissional ou teórico-científica como: o *médico* acupunturista Ysao Yamamura ou João Yokoda *médico homeopata e especialista* em Medicina tradicional chinesa. A lista é extensa, pois existem outros não recortados para análise, porém com a mesma incidência.

Isto me leva a supor que, por ser o DD uma citação de autoridade (MAINGUENEAU, 1993), o sujeito citante se isenta mais confortavelmente das asserções e polêmicas, porque desloca o peso do que está escrito (se é que pode pesá-las) para longe de si e talvez seja por isso que há um maior número de citações em DD. Constrói, então, um efeito de sentido de objetividade, pois foi o outro quem falou e este outro existe materialmente, os efeitos construídos pela representação física deste sujeito indicam que a responsabilidade é dele, por isso aparece individualizado no nome. Contudo, o “direcionamento dado pelo verbo introdutor” (MAINGUENEAU, 2002:149) ou finalizador da citação indica um

direcionamento e uma manobra para a interpretação do enunciado, o que por si só já instaura um efeito de subjetividade.

Sendo o DDC considerado, de acordo com Destácio, (2002) uma *transposição* da linguagem do DC para a do DJ, ele é produzido tanto com o DD quanto com o DI, por isso pode ser considerado como extremamente heterogêneo. A utilização do primeiro (DD), conforme já se viu, se deve às normas estabelecidas para a demonstração de isenção, fidelidade e objetividade, próprias do DC e do DJ, pois se distanciar através da fala do “outro” ratifica estas orientações. O uso do DI se deve à necessidade da *transposição* ou ainda, no dizer de Orlandi (2001) da *textualização* do DC, que apresenta uma linguagem elaborada, fechada e técnica, para uma linguagem um pouco mais simples e acessível à maioria da população. Essa ocorrência busca realizar uma facilitação e conseqüente compreensão da terminologia freqüentemente empregada no DC.

Por conseguinte, ao realizar mesmo que seja a citação direta ou a indireta, o sujeito jornalista *vaza* e em seus posicionamentos apresenta avaliações e apreciações sobre os acontecimentos. Isto é percebido nas marcas lingüísticas materializadas no intradiscorso, como os verbos aqui em análise, ou também na utilização de um adjetivo, uma metáfora, uma designação. Além do mais, “se um locutor contenta-se em relatar as alocações assertivas de um terceiro, em lugar de garantir pessoalmente através de uma simples afirmação a verdade da asserção, é porque ele não acredita muito nessa verdade, vendo-se, portanto, impedido de, por si só, subscrevê-la”. (BERRENDONNER apud BENITES, 2002:57).

Contatando Bakhtin (1995), compreende-se que o DD constrói um efeito de sentido que, *a priori*, enquadrar-se-ia no *estilo linear* por buscar a “conservação da autoridade e integridade do texto original” (BENITES, 2002:58), porém percebe-se uma mescla com o *estilo pictórico* pelo direcionamento subjetivo efetuado pelo verbo introdutor ou finalizador. No DI, que seria *analisador de conteúdo* por transpor um conteúdo científico e, portanto,

racional e lógico, percebem-se inserções da tendência *analisadora de expressão* na escolha do verbo introdutor como, por exemplo, na seleção do verbo **garantir** em S4.

Na crítica que Bakhtin promove acerca do *subjetivismo idealista e do objetivismo abstrato* concordo com ele em suas conclusões, principalmente em relação ao *objetivismo abstrato* que tentou banir as manifestações do sujeito e, por conseguinte, do “outro” da linguagem, mas que não conseguiu, pois não há objetividade e sistematização absolutas, o objeto não sobrevive por si só, a heterogeneidade é constitutiva da linguagem e diria mais, da ciência.

Por ser um discurso de *transposição* ou *textualização* que realiza a *análise* e *sintetiza* o conteúdo relatado, o DI funciona no sentido de diminuir o “fosso” que há entre a população dita comum, e um certo tipo de saber, principalmente o institucionalizado. Neste ponto, se estabelece uma forte relação com o DDC, porque a construção do texto acaba por ser feita às pressas, nas redações dos jornais ou revistas, e o processo análise-síntese resultante fica comprometido pela falta de tempo para uma pesquisa mais apurada e uma maior reflexão sobre os procedimentos da pesquisa. Esta situação gera alguns equívocos e acarreta constante crítica para os jornalistas que cobrem ciência⁷¹, pois muitas vezes eles lêem o texto fonte de uma certa posição e o textualizam/interpretam em relação à posição institucional (e talvez ideológica) que representam (o jornal X, ou a revista Y).

Faz-se necessário, portanto, uma formação mais eficaz para o jornalista que trabalha na área científica, para que o discurso da ciência e mesmo seu processo de investigação não corram o risco de serem banalizados ao chegarem ao leitor ou sufocados pelo espetáculo capitalista da mídia. Assim enuncia Graça Caldas (2003: 76-77) a esse respeito:

O compromisso do jornalista científico com a democratização do conhecimento coloca-o na posição de intérprete do mundo e como tal, historiador do cotidiano. O desenvolvimento de novos hábitos, novas

⁷¹ Conforme observações relatadas na introdução desta dissertação.

atitudes, de uma nova cultura informativa depende da forma como divulga e interpreta o mundo da ciência e da tecnologia. Ao artigo 7º do Código de Ética do jornalismo Brasileiro, que propõe *compromisso com a verdade dos fatos, precisa apuração e correta divulgação*, é necessário incorporar uma visão analítica e interpretativa para que os jornalistas especializados na área científica e tecnológica possam discutir de forma competente a política científica de seu país. Caso contrário corre o risco de ser cúmplice inocente de interesses políticos e econômicos. (CALDAS, 2003:76-77)

A divulgação científica, desta maneira, poderia ser implementada não só através da mídia, mas de outros mecanismos como a escola, a igreja ou as associações e conselhos populares. Penso também que os próprios cientistas deveriam escrever com mais adequação ao público promovendo um acesso mais amplo e direto aos assuntos da ciência.

5.4 SUBJETIVIDADE, OBJETIVIDADE E A QUESTÃO DO SUJEITO: NADA É DEFINITIVO

Entendo que existe um “enunciador estratégico que coloca em cena ‘sua’ seqüência” (PÊCHEUX, 1997: 316-317), e que se utiliza conscientemente de outros discursos para validar sua fala, contudo, ele está inserido num mundo permeado por forças coercitivas que determinam suas ações “onde o controle estratégico de seu discurso lhe escapa” (1997). Além disso, há também uma “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1996) na qual as pessoas são levadas a se ordenarem. Desta forma, as palavras de Pêcheux (1997) são extremamente pertinentes quando reformula, em “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, sua concepção de sujeito, dialogando em muitas partes com a concepção de Foucault (1972):

[...] certas análises de Michel Foucault fornecem a possibilidade de retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, colocando a mostra o processo de individualização-normatização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados [...].

De onde essa pequena trilha que, três anos após, eu tento traçar em nosso inverno político, atendo-me a dois pontos incontornáveis:

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.

- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”. (PÊCHEUX, 1997:304)⁷²

Provisoriamente, encaro as questões levantadas neste trabalho ancorados na última parte da citação acima, pois se “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja” o discurso que se pretende objetivo camufla a posição do sujeito que está pensando deste determinado lugar, mas não consegue fazê-lo totalmente porque o sujeito, quando ocupa uma posição como esta, não tem plena consciência de que está sujeito a forças coercitivas, seja no

⁷² Acredito que, por falha de digitação, ao invés de *primeiro prático* (primeiro item da citação selecionada), o correto seja *primado prático*, a exemplo do segundo item.

plano social, histórico ou mesmo lingüístico. E assim, a subjetividade subjaz às marcas lingüísticas utilizadas (conscientemente ou não) por este sujeito estrategista e dividido, que tem apenas duas possibilidades: resistência e/ou dominação.

Tanto a resistência quanto a dominação se materializa na enunciação. É aí que o sujeito se mostra. Quando tenta ocultar-se numa imagem de sujeito imparcial, idôneo, isento, se denuncia, quando se explicita numa imagem de jornalista preocupado com seu leitor, pode esconder algo (a necessidade de venda e conseqüente lucro da revista).

O sujeito que “ousa revoltar-se”, revolta-se através de muitos caminhos, através de ditos e não-ditos (porém já-ditos) da linguagem. O discurso de divulgação científica instaura, nesta tensa relação, efeitos de sentido que, embora tentem apagar os indícios desta subjetividade (pelas forças coercitivas que o regem) acabam por explicitá-la ainda mais.

Acredito que a linguagem não seja transparente, mas opaca, “e o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não ‘existe em si mesmo’ (isto é em sua relação transparente com a literalidade do significante)” (PÊCHEUX, 1997: 160), mas sim que seja construído de acordo com a posição ocupada pelo sujeito no momento da enunciação. É por isso que, inúmeras vezes, quando alguém diz alguma coisa, posso entender diferentemente do pretendido. Ou então, repetidas vezes, digo algo que mais tarde verifico não ser o que pretendia falar, ou mesmo, utilizo palavras que *vazam* significados que sequer percebo, e no entanto, elas (as palavras), pelo momento e lugar em que são enunciadas, se autodenunciam.

Enfim, não se deve esquecer de que um discurso é atravessado por muitos outros discursos, e desta maneira, ele não poderia ser homogêneo, estável ou determinado, mas sim propenso às instabilidades e às oscilações próprias, tanto do ser humano quanto das instituições. E é nessa oscilação que se constitui a resistência e a dominação. Ora uma, ora outra se reveza e se relacionam na constituição das subjetividades. O sujeito dominado se rende ao espetáculo da informação, acreditando em tudo o que ouve e aceitando o simulacro

de uma sociedade sem perceber que muitas vezes ela o assujeita e o aliena. No entanto, este sujeito quando resiste, mesmo utilizando a sintaxe da estrutura espetacular da qual Debord (2003) fala⁷³, ousa, tanto pensar por si mesmo, quanto se revoltar contra esses poderes alienantes e dominadores.

⁷³ E aqui, faço também um “mea culpa” por, muitas vezes, não conseguir me soltar desta sintaxe.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este estudo citando Drummond (1998) e gostaria de encerrá-lo com mais um fragmento de outro poema dele:

Condenado a escrever fatalmente o mesmo poema e ele não alcança perfil definitivo. Talvez nem exista. Perseguem-me quimeras. O problema não é inventar. É ser inventado, hora após hora, e nunca ficar pronta nossa edição convincente. [...] (DRUMMOND, 1998: 100).

Ao término desta dissertação é assim que me sinto: condenada a escrever sempre a mesma dissertação e ela não alcança perfil definitivo... Ainda bem. Não gosto de coisas definitivas. É a mudança que me atrai, a lâmina ao sol incendiando e refletindo caminhos diferentes, alternativos, entrecruzados. O movimento constante que ultrapassa as versões definitivas e essenciais.

Assim, o perfil que atribuo a este trabalho, definitivamente, é o de não ser definitivo, mas provisório, uma lâmina que esplende seus reflexos a quem quiser mirá-la e segui-los, aprofundá-los.

Nem a vida é definitiva, nem a ciência é definitiva, talvez nem a morte seja...

Na introdução, apresentei algumas idéias que pensam o funcionamento da mídia em relação com a sociedade. Para tanto, autores como Bucci (2003), Debord (2001), Gregolin (2004) e Guimarães (2001) contribuíram significativamente para desencadear uma discussão crítica acerca do papel que se atribui a ela neste contexto, principalmente no que se refere a espetacularização e presentificação dos fatos divulgados através dos suportes midiáticos.

Compus, então, um trajeto que se inicia com a apresentação das variadas definições sobre o termo Divulgação Científica e entrelacei as opiniões de diversos estudiosos do assunto para delinear um panorama mais amplo sobre o tema. Na seqüência, introduzi rapidamente considerações sobre alfabetização e cultura científicas como possíveis formas de promoção da democracia cultural entre as pessoas.

Organizo, com a ajuda de Pêcheux, (1997a, 1997b), Orlandi (2001a, 2001b) Gregolin (2004) e Mussalim (2004), o aporte teórico para a análise, ou seja, um pequeno intróito sobre a história da AD e considerações sobre as noções de interdiscurso/intradiscurso, memória discursiva, efeito de sentido e efeito metafórico (as que mais me orientaram). Em seguida, falo sobre a metáfora, e reflito sobre as diversas concepções que lhe foram atribuídas ao longo da história, até chegar ao proposto por Pêcheux (1997a,b) e Orlandi (2001a) que é a compreensão da metáfora como efeito metafórico. Atrelo esta noção à de interdiscurso e reitero que os efeitos metafóricos se constituem e instauram sentidos, somente em relação à memória discursiva dos sujeitos, contemplando as margens do dizer, sua exterioridade constitutiva (ORLANDI, 2001) e não, como supunham os outros estudiosos arrolados neste estudo, somente em virtude de uma transferência termo-a-termo de palavras (desvinculadas do contexto de enunciação) ou simplesmente pelo funcionamento do sistema cognitivo do indivíduo.

Analiso, então, significativos recortes das reportagens como forma de compor um quadro que permita um melhor entendimento dos procedimentos analíticos que utilizo e a compreensão das contribuições e/ou não-contribuições que o DDC promove na textualização do DC.

A partir da análise da *metáfora*, como forma de subjetivação do jornalista no DDC, compreendi que a utilização dela neste tipo de discurso é totalmente diferente da ocorrência no discurso literário. Percebi que, a priori, pelo menos os efeitos metafóricos no DDC não instauram um esvaziamento/banalização do DC (que também utiliza metáforas em seus relatos de pesquisa), ou uma facilitação excessiva da linguagem, porque evoca na mente do leitor imagens e informações que ficam armazenadas no interdiscurso promovendo uma resignificação dos sentidos do DC no DDC e, portanto, um melhor entendimento das informações científicas.

Imagino que o objetivo principal que propus para o desenvolvimento da pesquisa, que inclui a necessidade do aumento das reflexões sobre ciência e mídia e suas implicações na divulgação do discurso científico, tenha sido atingido, e que em contato com demais estudos sobre o tema, haja a promoção, para as pessoas, de possibilidades para a ampliação e problematização do conhecimento científico. É importante que a sociedade, de maneira geral, compreenda o processo científico e tente utilizá-lo no cotidiano, não simplesmente só ouvir falar da ciência através da mídia e imaginar que tais notícias são idéias distantes.

Inevitavelmente, os demais objetivos foram deslindados, um a um, tendo como *âncora* a reflexão sobre a formulação do discurso. A formulação ganhou contornos importantes quando apontei como imprescindível construir hipóteses explicativas sobre se os enunciados recortados da referida revista contribuíam ou não para a divulgação do discurso científico, bem como se a mídia impressa cumpria um papel: se de divulgação ou de banalização deste discurso (DC). Pelo que pude compreender, a revista em análise não contribui significativamente para a divulgação do discurso científico, pois entendo que o sujeito jornalista, que ocupa a função-autor das reportagens, apresenta como preocupação central, em primeiro lugar, a venda dos exemplares da revista e para isto, muitas vezes, promove uma espetacularização dos textos para atingir seu objetivo de mercado. Dessa maneira, quando me pergunto se a mídia impressa cumpre um papel de divulgadora ou banalizadora do DC, a resposta (provisória) que me ocorre é a de que, suprimindo as construções metafóricas, ela promove sim uma banalização, um *esvaziamento*, por dois motivos: primeiro porque somente noticia o DC sem remeter ao processo de pesquisa realizado pelos cientistas; segundo porque utiliza formulações reguladas por uma formação ideológica capitalista visando, em primeira mão, a adesão e a compra (no melhor estilo Time is Money) dos periódicos pelo público, em detrimento de eleger como principal meta a problematização dos assuntos e a qualidade da informação.

A compreensão dos efeitos de sentido que simulam a objetividade e instauram subjetividade no DDC, um assunto que denominei como tenso e movente, também aponta

considerações importantes. A revista, a exemplo do jornal e da ciência, necessita aparentar neutralidade, competência e objetividade na formulação de seu discurso, no entanto, o que se encontra é a simples simulação de uma objetividade (perceptível através da utilização do discurso direto nas citações de autoridade) e conseqüente instauração da subjetividade do sujeito jornalista, tanto pelo exagero das citações de autoridade, em detrimento da utilização de sua própria voz nas reportagens, quanto pela seleção dos verbos introdutórios e finalizadores destas citações (que apontam apreciações e direcionamentos de interpretação). Uma pergunta *martela* incomensuravelmente: como o sujeito jornalista *vaza* tanto neste discurso? Como se dá a instauração da subjetividade num discurso que se pretende objetivo?

É Pêcheux (1997 a: 304) quem me conduz através do labirinto desta questão. Depois de recorrentes reformulações acerca da noção do sujeito, Pêcheux (1997 a) admite a existência da resistência, alegando a necessidade de retificação na idéia de interpelação ideológica proposta por Althusser⁷⁴. Isto quer dizer que, para ele, existe um “enunciador estratégico que põe em cena sua seqüência” (PÊCHEUX, 1997 a: 316-317) e esta estratégia é posta em cena a partir da resistência, da ousadia do sujeito, tanto ao lutar por seus direitos, quanto em pensar (suportar pensar) por si mesmo. Desta forma há dominação, mas também há resistência. A primeira é decorrente da necessidade de normatização da vida e exercida pela regulação advinda das instituições. A segunda tenta materializar-se no fio do discurso. Por vezes, consegue instaurar efeitos de sentido que corroboram tal resistência (a objetividade dos DC e DJ), mas segundo Pêcheux (1997 a) “o controle estratégico de seu discurso lhe escapa” e aí o que se mostra é novamente a submissão a algumas formas de poder como o discurso midiático (espetacular), por exemplo.

Finalizando, é necessário que, num país que se quer justo e igualitário⁷⁵, haja, em primeira instância, a organização de políticas públicas que garantam a ampliação à sociedade

⁷⁴ Althusser, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Presença: Lisboa, 1974.

⁷⁵ Pelo menos, acredito que a maioria quer...

de um maior acesso ao conhecimento sem qualquer tipo de ônus. Cabe ainda à política educacional pública, garantir formação profissional teórico-prática de qualidade aos docentes, seja em que nível for, para que se deixe de alimentar um espírito colonialista e uma pseudo-independência da qual se vive impregnado e se passe a lutar (resistir), não só com as palavras, mas também contra as redes de poder que subjagam o sujeito. Lutar por um mundo menos cruel, menos egoísta e mais solidário. Segundo Padilla (2001) (apud SABATTINI, *online*, 2004):

Na prática, o analfabetismo científico se revela através da superstição e do misticismo, das condições sanitárias inadequadas, da falta de acesso a oportunidades de trabalho e crescimento profissional e por outro lado, pelo escasso aproveitamento que os governos fazem do conhecimento científico para a resolução de problemas produtivos e sociais e para a utilização dos recursos naturais através de esquemas de desenvolvimento sustentável (PADILLA, 2001 apud SABATTINI, *online*, 2004).

A divulgação da ciência, nesta perspectiva, cumpriria um papel muito mais abrangente. Constituiria e formularia discursos mais adequados ao público, mas não os banalizaria a ponto de subestimar a inteligência dos leitores, presentificando inadvertidamente o conhecimento científico. Teria, assim, como objetivo principal aproximar os assuntos da ciência aos do cotidiano das pessoas, descrevendo estes processos científicos que historicizam a *descoberta* científica para que a valorização e os benefícios da C&T realmente se fizessem presentes na vida de todos.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Presença: Lisboa, 1974.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras Incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. **O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente**. In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.
- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte & Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.
- BUCCI, Eugênio. In GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no Jornalismo: Discorrer, Disciplinar, Controlar**. São Paulo: Hacker Editores. Edusp, 2003.
- CALDAS, Graça. **Comunicação, Educação e Cidadania: O papel do jornalismo científico**. In GUIMARÃES, Eduardo (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento: Política, Ciência, Divulgação**. Campinas: Pontes Editores, 2003.
- CASTELFRANCHI, Yuri. **Imaginando uma paleontologia da cultura científica**. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/cultura/cultura17.shtml>>. Acesso em 23/10/2004.
- CORACINI, Maria José R. **Um Fazer Persuasivo: O discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas, SP: Pontes, 1991.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Versão para MSReader por Ciberfil Literatura Digital, 2001 Disponível em <<http://www.ciberfil.org>> Acesso em 25 de junho de 2005.
- DEBORD, Guy. **Comentários sobre A Sociedade do Espetáculo**. Versão para eBook: eBooksBrasil.com, 2003. Disponível em <<http://www.terravista.pt/IlhadoMel/1540>> Acesso em 25 de junho de 2005.
- DESTÁCIO. Mauro Celso. **Leitura e Escrita de Divulgação Científica**. Revista Eletrônica Espiral, ano 3, n.º 10, jan-fev-mar de 2002. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/papiro10.htm>>. Acesso em 13/08/2005.
- DUARTE, Jorge. **Da Divulgação Científica à Comunicação**. Associação Brasileira de Jornalismo Científico. Disponível em <<http://www.abjc.org.br>> .Acesso em 13/08/2005.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **O acontecimento discursivo na mídia**: metáfora de uma breve história do tempo. In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.) **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da Análise do Discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

GRIGOLETTO, Evandra. **Da homogeneidade à heterogeneidade discursiva**: reflexões sobre o funcionamento do discurso outro. International Bakhtin Conference (11.:2003:Curitiba, PR, Brazil). Proceedings of the Eleventh International Bakhtin Conference = XI Conferência Internacional sobre Bakhtin, Curitiba, July 21-25, 2003; edited by Carlos Alberto Faraco, Gilberto de Castro, Luiz Ernesto Merkle; organization Universidade Federal do Paraná. Curitiba: [s.n.], 2004. xiv, 806p. Em CD-ROM.

GUIMARÃES, Eduardo (org.). **Produção e Circulação do Conhecimento**: Estado, Mídia, Sociedade. Campinas: Pontes Editores, 2001.

GURGEL, Maria Cristina Lírio e VEREZA, Solange Coelho. **O dragão da inflação contra o santo guerreiro**: um estudo da metáfora conceitual. Rio de Janeiro: INTERCÂMBIO, Vol. 5, 1996 (165 - 178)

HENRY, Paul. **Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux**. In GADET, F e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. **Campinas**: Editora da Unicamp, 1997.

HERNANDO, M. Calvo. **Divulgação científica: um grande desafio para este século**. *Cienc. Cult.* [online]. Apr./June 2005, vol.57, no.2, p.18-20. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000200013&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0009-6725. Acesso em 13 de agosto de 2005.

KREINZ, Glória. **Teoria e Conceito de Divulgação Científica**. Disponível em <<http://www.eca.usp.br/núcleos/njr/tecn.htm>>. Acesso em 13/08/2005.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma análise do discurso na França**. In ORLANDI, Eni P. (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

MUÑOZ, Emilio. **La Cultura Científica, la Percepción Pública y el Caso de la Biotecnología**. Conferência apresentada no Seminário A Cultura Científica na Sociedade da Informação (Oviedo, 30 de maio a 02 de junho de 2002), organizado pelo Observatório de Cultura Científica da Universidade de Oviedo. Disponível em <http://www.iesam.csic.es/doctrab.htm> Acesso em 13 de agosto de 2005.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso: da objetividade científica ao terreno fluido da interpretação**. In FERNANDES, Cleudemar A.; SANTOS, João Bosco Cabral dos (orgs.). **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001a.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1997.

SABATTINI, Marcelo. **Alfabetização e Cultura Científica: conceitos convergentes?** Volume 1, Número 1, Novembro de 2004. Disponível em http://www.jornalismocientifico.com.br/rev_artigos.htm . Acesso em 26 de agosto de 2005.

SAÚDE. **Ostra, uma pérola à mesa**. São Paulo: Editora Abril, fev. 2004, n.º 245 – pp. 24-27.

SAÚDE. **Tire o peso das pernas**. São Paulo: Editora Abril, junho, 2005, n.º 261 – p. 10

SAÚDE!. **Sempre quis saber – Por que as pálpebras tremem?** São Paulo: Editora Abril, março de 2004, p. 66.

SAÚDE. **Mente Magra, Corpo Magro**. São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2004, p. 26-31.

SAÚDE!. **Sempre quis saber – Por que acordamos com o rosto inchado?** São Paulo: Editora Abril, dezembro de 2003, p. 66.

SAÚDE. **Fé e atitudes positivas podem curar, acredite!** São Paulo: Editora Abril, novembro de 2003, p. 32-39.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Contexto, 2003.

TUFFANI, Maurício. **Divulgação Científica e Educação**. Disponível em <http://www.museudavida.fiocruz.br/publicue/media/Divulgacao%20Cientifica%20e%20Educacao%20-%20Mauricio%20Tuffani.pdf> >. Acesso em 22/06/2004.

VASCONCELOS, Silvia Inês C.C. de (org.). **Os discursos jornalísticos**: manchete, reportagem, classificados & artigo. Itajaí: Ed. Da Univali; Maringá: Eduem, 1991.

VOGT, Carlos. **A Espiral da Cultura Científica**. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagem/cultura/cultura01.shtml>>. Acesso em 23/06/2004.

ANEXOS